

03/02/05

IV ENCONTRO NACIONAL MOVA-BRASIL
MOVA BRASIL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EJA

Ao Sr. Excelentíssimo Ministro,
Tarso Genro

Documento síntese

Os mais de seiscentos participantes reunidos no 4º. Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, em Campo Grande/MS, no período de 09 a 11 de junho de 2004, apresentam as deliberações construídas e aprovadas em plenário.

Existem no Brasil 16,3 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas absolutas acima ou igual a quinze anos, segundo o Censo do IBGE/2000, e cerca de 60 milhões com escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo, portanto, excluídas do direito à Educação, garantido pela Constituição de 1988.

Resgatando a fala do Prof. Celso Beiseigel, na conferência de abertura deste encontro, o MOVA é herdeiro da história da educação popular de jovens e adultos dos anos 60. É nessa perspectiva histórica que os MOVAs têm procurado fundamentar sua trajetória e princípios, tendo no legado de Paulo Freire a maior referência e inspiração.

Desse tempo, muitas experiências de Educação Popular frutificaram, oriundas dos mais diversos segmentos da sociedade. Essas experiências tiveram e continuam tendo relevância no processo de transição da ditadura militar para a democracia civil e o surgimento de fortes movimentos de base tem resgatado o debate sobre a incorporação de mecanismos de participação nas políticas públicas.

No caso do MOVA, uma das formas de garantir a participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas é por meio de parcerias. Em alguns municípios a participação popular é buscada muitas vezes pelo próprio movimento social para a realização dos programas de alfabetização. Em outros municípios, nos quais não existe tradição de movimentos sociais, o Poder Público/Estado é quem faz o papel indutor do processo de participação social. No entanto vale lembrar que os/as parceiros/as precisam ter objetivos comuns, busca-se a não descaracterização dos movimentos sociais e a gestão compartilhada do Movimento.

Estas parcerias são constituídas de maneira bastante diversificada, ou seja, em diferentes níveis e objetivos. Alguns parceiros/as são responsáveis pelos recursos

RICARDO HENRIQUES P. MELO, COORDENADOR

Ricardo Henrique @ mec.

financeiros; outros/as parceiros/as realizam a alfabetização dos jovens e adultos, o cadastramento dos alunos, os espaços para as salas de aula e indicação de monitores; outra forma de parceria é a estabelecida com as Universidades e ONGs que oferecem assessoria pedagógica e formação dos/as educadores/as populares e coordenadores/as. Temos que buscar a continuidade da Formação do/a Educador/a Popular dos MOVAs em nível fundamental, médio e superior através de parcerias que possibilitem esta formação, dentre elas as parcerias entre Prefeitura, Universidade, MEC e Movimento Social.

O desafio conjuntural é muito grande. O governo federal, que é fruto dos movimentos populares, passa por um momento complexo e de grandes contradições necessitando avançar na política econômica, na perspectiva de se garantir mais recursos para investimentos sociais, principalmente na educação e geração de emprego e renda. A parceria com o MEC hoje está na ordem do dia, para o fortalecimento e ampliação da luta pela superação do analfabetismo, através do Programa Brasil Alfabetizado. Muitos MOVAs buscam o financiamento, mas ao mesmo tempo procuram manter a sua particularidade, o que é fundamental.

Os desafios do MOVA não são apenas garantir mecanismos de participação política, mas dentre eles o de também reverter a prática desenvolvida pelo governo federal, ao longo desses anos, que é a ausência de política pública para a EJA. Esta prática tem reflexos bastante concretos na continuidade ou não dos estudos dos/as alunos/as dos MOVAs.

O MOVA-Brasil pauta-se em uma concepção libertadora de educação, em que a alfabetização é compreendida como um ato político de leitura e escrita da palavra/texto articulado com a leitura do mundo de forma crítica, politizada e transformadora da realidade social opressora e excludente das camadas populares. Para tanto é fundamental a inserção social, a participação ativa dos/as educandos/as e educadores/as de forma consciente e transformadora na sociedade.

Nesse sentido, reafirmamos, não há um tempo delimitado para o processo de alfabetização, ele é o tempo que o/a aluno/a necessita para a aquisição do ato de ler e escrever a palavra e o mundo numa perspectiva crítica e transformadora.

É fundamental a formação dos/as educadores/as populares do MOVA pautada na articulação teoria-prática no início e ao longo do ato educativo (reflexão sobre a prática); com diálogo permanente com os/as educadores/as populares. Trata-se de uma

formação que é de responsabilidade institucional e pessoal, contínua, com formação política de base, que promova a análise de conjuntura política-econômica-social e que realize um resgate histórico da trajetória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos. A formação com assessoria necessita ser específica e considerar os níveis/tempo de atuação dos educadores (nível inicial, intermediário, avançado), na periodicidade de cada realidade local. E, para que o processo de educação popular se dê a contento, é fundamental o compromisso ético-político-pedagógico do educador popular e demais sujeitos envolvidos no processo (coordenadores(as)/supervisores(as), equipe técnico-pedagógica) com os/as educandos/as, com o Movimento Popular, sendo um/a permanente pesquisador/a, na construção, organização, desenvolvimento e avaliação do currículo, que se volte para a realidade dos/as educandos/as. Além do compromisso ético-político com a classe popular trabalhadora, é de suma importância a garantia de material didático e de apoio pedagógico, de qualidade, para a formação dos/as educadores/as e a realização dos trabalhos no MOVA.

É fundamental a articulação MOVA/EJA sem amarrar o MOVA, sem engessá-lo, pois ele é movimento, é vida, e, enquanto tal, precisa influenciar a EJA como Educação Popular e, por sua vez, cobrar dos Estados e municípios o atendimento da demanda gerada nas salas de MOVA, na rede pública de ensino, para que o/a educando/a tenha assegurado o direito de estudar ao longo da vida.

PROPOSTAS

- Entregar o documento do IV Encontro Nacional MOVA BRASIL e cobrar encaminhamentos dos governos (municipal, estadual e federal).
- Ampliar investimentos para a melhoria da qualidade social da escola pública.
- Melhoria da qualidade do ensino.
- Articular o MOVA BRASIL com o PROGRAMA FOME ZERO.
- Repassar verbas para projetos de MOVA/ EJA (estados, municípios, entidades sociais) respeitando as suas características.
- Garantir financiamento para ampliação do MOVA/ EJA (garantia da continuidade).
- Lutar pela aprovação e implementação do FUNDEB.
- Participar da discussão nacional sobre financiamento (CNTE), articulando inclusive com o legislativo.

- Garantir a formação superior aos educadores do MOVA.

RECOMENDAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

- Aprofundar o conceito de alfabetização na Educação Popular.
- Solicitar ao MEC e instituições, apoio financeiro para publicação de materiais de apoio pedagógico ao trabalho no MOVA, considerando a diversidade e especificidades locais.

Paulo Freire } - Solicitar ao MEC a publicação de cinco obras de Paulo Freire – Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Autonomia, Educação e Mudança – em papel jornal para subsidiar a formação dos educadores populares.

- Estabelecer parcerias com Universidades Públicas para formação continuada e em nível superior, gratuita e de qualidade, garantindo a formação dos/as educadores/as populares e educandos/as ao longo da vida numa vertente libertadora, definindo critérios e envolvendo os/as educadores/as na elaboração das propostas de formação.

- Refletir acerca do tratamento dado ao/a educando/a (conceito de analfabetismo).

- Investir prioritariamente no trabalho de alfabetização realizado pelos movimentos sociais por meio das entidades.

- Intensificar o diálogo entre SECAD e MOVAs e garantir a participação da Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização.

- Incorporar no censo a mobilidade dos alunos de MOVA e de outros programas.

- Solicitar ao MEC apoio, político e financeiro para a realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, a ser realizado em Brasília, no período de 09 a 11 de junho de 2005, com o tema “MOVA-BRASIL, tecendo a Educação Popular Libertadora: política pública e diversidade”.

- Criar a logomarca do MOVA-BRASIL.

- Abrigar as informações da Rede MOVA-BRASIL no espaço virtual do “Observatório UNESCO: Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais”, área temática alfabetização de jovens e adultos.

QUESTÕES E DESAFIOS

- Fortalecer o diálogo com os parceiros para garantir a continuidade dos programas.

- Formação política do educador popular de forma que haja aceitação e entendimento da necessidade de mudança para uma perspectiva libertadora, o que demanda: compromisso, participação nos encontros, clareza do conceito de alfabetização, formação cidadã, articulação teoria-prática.

- Constituir e fortalecer os Fóruns regionais e municipais de MOVA's.

- Divulgar nos Fóruns Regionais a temática central e subtemáticas do encontro nacional.

**Campo Grande, 11 de junho de 2004.
Participantes do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL**

M. E. Rodrigues
Maria Emilia de Castro Rodrigues

P/ Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL

Coordenação local do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL:

Maria R. Cilena Pina Pinto

5º ENCONTRO NACIONAL DO MOVA-BRASIL

9 a 11 de junho de 2005 – Brasília/DF

Tema: **MOVA-BRASIL, tecendo a Educação Popular Libertadora: política pública e diversidade**

Coordenação Nacional

Reunião : 31/janeiro/2005 Porto Alegre –FSM

Proposta de Pauta da Comissão Organizadora Local /Brasília do 5º Encontro Nacional MOVA BRASIL

1. Comissão Organizadora Local do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL

Maria Luiza Pereira Angelim(UnB)- coordenação geral

Antonia Célia Barros Lins Bomfim (UnB) - coordenação geral

Francijairo Ananias da Silva (Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho-CEPACS)- coordenação geral

Ivonete dos Santos Barbosa (Centro de Desenvolvimento do Paranoá-CEDEP)

Sandra Cordeiro (Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia-CEPAFRE)

Renato Hilário dos Reis (Universidade de Brasília-UnB)

Nelson Moreira Sobrinho (Sindicato dos Professores do Distrito Federal-SINPRO/DF)

Nonato Menezes (SINPRO/DF)

Ricardo Spíndola Mariz (Universidade Católica de Brasília-UCB)

Werner Ward (Fundação Universidade do Trabalho-UNITRABALHO)

Graça Melo (Instituto Agustin Castejón-IAC)

Liliana C. B. B. Diniz (Associação de Educação Católica –AEC do Brasil)

Manoela Alves da Silva (AEC de Brasília)

CONTATO: moval@unb.br tel. 61- 3072859

2. Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL (conferir a composição atual)

Regionais – Norte : PA/Belém (Adelaide) Acre (Maria Augusta)
Nordeste: CE/Fortaleza (Maria Vilacir) RGN-Natal (Eliane)
Centro-oeste: GO/Goiânia (Maria Emília) MS (Cilena-4º Encontro)
DF (Maria Luiza-5º Encontro)
Sudeste: ABC (Lulinha) SP/SP (Aragão)
Sul: RGS/POA (Soares)

ONG's: IPF (Maria Alice), Ação Educativa/RAAAB (Márcia), AEC Brasil (Liliana)

3. Decisões da reunião de 09/09/04, em Porto Alegre (VI ENEJA)

Caráter político com participação de autoridades do governo federal

Nº de participantes: 1000

Envolver todos os estados

Crerios de participação: **peoos engajadas** como educadores, alfabetizandos, gestores eleitos como delegados em encontros regionais, estaduais e/ou municipais; definir a participação de programas ou projetos em fase inicial em municípios.

Programa:

Dia 9 (quinta-feira)

08:30-09:00h - Abertura rápida

09:00-12:00h - Mesa temática

14:00-16:00h - Reunião por regiões – balanço

16:00-18:00h - Assembléia – balanço nacional

20:00-22:00h - Atividades culturais (contribuições regionais)

Dia 10 (sexta-feira)

- 08:00-12:00h - Grupo temático/Troca de experiências
- 14:00-16:00h - Grupo temático/Troca de experiências
- 16:00-18:00h - GT- Delegados
- 20:00-22:00h - Atividades culturais (contribuições regionais)

Dia 11 (sábado)

- 08:30-11:30h - Plenária
- 11:30-13:00h – Encerramento com Entrega do Documento Final ao Governo Federal/Senado e Câmara Federal

4. Proposta da Comissão Organizadora Local /Brasília

- 4.1. Caráter político com participação de autoridades do governo federal: Presidente, MEC, M Cultura, M Comunicações, M Trabalho Emprego, Cidades, M Saúde, M Desenv. Agrário, Conselho Nacional de Educação/CNE, CONSED, UNDIME, ANDIFES, Senado, Câmara Federal e Distrital, UNESCO, OIT (decidir e convidar)
- 4.2. Nº de participantes: 1000 (analisar a conjuntura para mobilizar e confirmar ou não este número com prazo até 24/fev- 19:00h, reunião em Brasília, local a confirmar)
- 4.3 Envolver todos os estados (definir a responsabilidade de cada coordenação regional para mobilizar e garantir a participação de TODOS os estados)
- 4.4 Critérios de participação:
 - pessoas engajadas como educadores, alfabetizando, gestores eleitos como delegados em encontros regionais, estaduais e/ou municipais; definir a participação de programas ou projetos em fase inicial em municípios. (definir claramente)
 - número: por estado? por município? por movimento? por segmento (como no ENEJA?) –

Sobre isto cada coordenação regional levará uma estimativa que permita a tomada de decisão na reunião de 24/fev, 19h., em Brasília
- 4.5 Período de inscrição de delegados e Trabalhos para troca de experiências:
09/abril a 09/maio
Da inscrição do delegado deverá constar o Tema em grupo do dia 10/junho
- 4.6 Realização de Encontros regionais, estaduais e/ou municipais e distrital, que tratem e se posicionem sobre os 5 Temas (grupos temáticos), devem ocorrer até o dia 08/maio

Programa:

Dia 9 (quinta-feira)

- 08:30-09:00h - Abertura rápida
- 09:00-12:00h - Mesa temática
- 14:00-16:00h - Reunião por regiões – balanço
- 16:00-18:00h - Assembléia – balanço nacional
- 20:00-22:00h - Atividades culturais (contribuições regionais)

Dia 10 (sexta-feira)

- 08:00-12:00h - Grupos temáticos(*)
- 14:00-18:00h - Troca de experiências (**)
- 16:00-19:00h - GT- Delegados/Gestores
- 20:00-22:00h - Atividades culturais (contribuições regionais)

Dia 11 (sábado)

- 08:30-11:30h - Plenária
- 11:30-13:00h – Encerramento com Entrega do Documento Final ao Governo Federal/Senado e Câmara Federal

(*) Temas para debate em grupos (2 grupos para cada tema):

Tema 1: Alfabetização – Continuidade em EJA enquanto Política Pública/ Financiamento FUNDEB/Iniciativas de movimentos sociais/Controle social

Tema 2: Alfabetização e Economia Solidária

Tema 3: Formação Inicial e Continuada de Educadores Populares / Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação-TICE's

Tema 4: Conceito de Alfabetização na Educação Popular Libertadora e Diversidade (Indígena, Afro-brasileira e quilombolas do Campo Gênero -mulheres e homoafetivos, Presidiários e Egressos, PNEE, Juventude)

Tema 5: Alfabetização – Gestão, Parcerias e continuidade de Programas / Projetos

(**)Temas para Trocas de experiências (10 grupos com 8 exposições/relatos em cada grupo)

Sugestões de alguns temas com abertura para outros não previstos

Comissão de seleção dos temas –membros indicados pela Coordenação Nacional

5. Opções de locais

Brasília/ DF - Hotel

Valparaiso/GO – CTE

6. Próxima reunião, em Brasília, dia 24/fevereiro, às 19:00h local a confirmar , aproveitando a reunião dos representantes dos Fóruns estaduais de EJA, a ser convocada pelo MEC/SECAD

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVA-BRASIL -2005

RG.	UF	REPRESENTANTE	ENTIDADE	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
N	Belém -PA Acre	Adelaide Laís Parente Brasileiro	MOVA Pará	(91)2762120/ 2762310/960 36388	alpbrasileiro@uol.com.br
		Maria Augusta Bezerra Rosas	MOVA Acre		augusta_rosas@yahoo.com.br
NE	Fortaleza-CE Açu - RN	Vilacir Catunda	MOVA-BRASIL	(84)99875320	vila.vila@terra.com.br
		Eliane Bandeira e Silva	MOVA-BRASIL		elical13@yahoo.com.br
CO	Goiânia-GO	Maria Emília de Castro Rodrigues	AJA-Goiânia	(62)96863455 /2081259	me.castro@terra.com.br
	Mato G. do Sul	Maria R.Cilena Pina Pinto	MOVAIndígena/4º Encontro	(67)3211660/ 38356004/92 268610	cilenapina@yahoo.com.br
	Distrito Federal	Maria Luiza Pereira Angelim	GTPA/DF -5º Encontro	(61)3072859	langelim@unb.br
SUD	ABC Paulista-SP	Luiz Soares da Cruz (Lulinha)	MOVA ABC	(11)83497415	luizsoares@bol.com.br
	São Paulo-SP	Jonilton G. Aragão	MOVA São Paulo		aragaocentro@ibest.com.br
SU	Porto Alegre-RS	Paulo Renato Cardozo Soares	MOVA Porto Alegre		prcsoares@yahoo.com.br
ONG	São Paulo-SP	Márcia Cristina de Oliveira	Ação Educativa/RAAAB	(11)31591412 (11)84264475 (11)55427180	mcristina@acaoeducativa.org
	São Paulo-SP	Maria Alice de Paula Santos	Instituto Paulo Freire-IPF		malicsan@uol.com.br
	São Paulo-SP	Iraci Ferreira Leite	Associação de Educação Católica-AEC Brasil		iracisem@ig.com.br

Estado Fórum emissão 03.01.05

AL	Forum Alagoana de EJA
AM	Estadual do Amazonas
BA	Bahia
CE	Ceará (Estadual)
CE	Ceará (Estadual)
DF	Fórum EJA/DF - GTPA/DF
ES	Espírito Santo
GO	Forum Goiano de EJA
MG	Fórum Mineiro de EJA
MG	Forum Oeste Mineiro de EJA
MS	FEJA/MS
MT	Forum Permanente de Debates de EJA - MT
PB	Forum de EJA da Paraíba
PE	Forum Estadual de Pernambuco
PR	Forum Paranaense de EJA
RJ	Rio de Janeiro
RO	Fórum Rondonense de EJA
RO	Fórum Regional - Ji-Paraná
RS	Porto Alegre / Grande Porto Alegre
RS	Fórum Estadual de EJA do RS
SC	Forum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SC
SE	Forum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Se
SP	Fórum Regional de EJA do Nordeste Paulista
SP	São Paulo
TO	Palmas - Tocantins

Representante

Maria Gorete Rodrigues de Amorim Lopes
Nilton Carlos da Silva Teixeira
Magdalânia Cauby França
Maria José Barbosa
Marta Pereira
Maria Luiza Pereira Angelim
Carlos Fabian de Carvalho
Marisa Claudino da Costa Barbosa
Leôncio José Gomes Soares
Maria de Fátima Sousa Brandão
Cleomar Herculano de Souza Pesente
Alaídes Alves Mendieta
Maria José Nascimento Moura Araújo
Maria Fernanda dos Santos Alencar
Wagner Roberto Amaral
Jaqueline P. Ventura
Darcy Ferreira de Souza
Dágio / Raquel
Adriana Soares Rodrigues
Carmen Isabel Gatto
Elisabete Duarte Borges Paixão
Maria Antonia de Arimateia Freitas
Silvana Mussalim Guimarães
Claudio Marques da Silva Neto
Marciane Machado Silva

Endereço

Av. Gov. Afrânio Lages - Res. Vale do Sol - Bl.03, Ap. 204 - Cambona
Rua Henrique Martins, 427 - Centro
Cond. Res. Dos Coqueiros, 107 Ap. 304 - Imbuí
Rua Julio Brigido, 111 - Antonio Bezeira
SESC
Colina UnB Bloco H Ap. 105
Av. Duarte Lemos, 533 - Ed. Duarte Lemos Ap. 106
Rua 07, Q.11 , Lt.08 - Parque Industrial
Rua Borges, 33 , Ap. 201
Rua Péricles Gomide, 244
Rua Arthur Jorge, 2244 Ap. 603
Rua Comandante Costa, nº 349 - Centro
Rua Cruz Cordeiro, 75 - Varadouro
Rua 104, 289 - Maranguape 1
Av. Garibaldi Deliberador, 325, Bl 2, Ap. 33
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco A, Sala 12034 - Espaço Paulo Freire - Maracanã
Av. Nicarágua, 2804 - Bairro Embratel

Rua Villa Lobos, 75 - Aberta dos Morros
Rua Dr. Timóteo, 900/111 - Bairro Moinhos de Vento
Rua Antonio Luz, 111 sala 404
Av. Dep. Silvio Teixeira, 1210 - Cond. Jardim Tropical, Bloco A Ap. 501 - Jardins
Av. Caramuru, 2730, Ap.11
Rua dos Sabiás, 135
804 Sul, Bl. 04 Lt. 39

Cidade	UF	CEP	Telefone
Maceió	AL	57016-000	(82) 223-5790 / 221-4242 / 8819-5406
Manaus	AM	69010-010	(92) 622-2699
Salvador	BA	41715-330	(71) 230-9432 / 8843-8313
Fortaleza	CE	60361-140	(85) 3235-1532 / 9981-7451
Fortaleza	CE		(85) 3452-9094
Brasília	DF	70910-900	(61) 307-1294 / 307-2130
Vitória	ES	29020-140	(27) 3233-2937 / 3335-7764 / 9938-5278
Goiânia	GO	74630-130	(62) 524-8923 / 202-2319
Belo Horizonte	MG	31270-150	(31) 3443-5862 / 3499-5323
Itaúna	MG	35680-022	(31) 9715-5713 / (37) 3243-6503 / (37) 3241-5661
Campo Grande	MS	79010-210	(67) 356-4321 / 389-9110
Cuiabá	MT	78005-800	(65) 322-7533 / 623-0210
João Pessoa	PB	58010-120	(83) 216-7687 / 221-1807
Paulista	PE	53441-200	(81) 3437-1608 / 9282-4304 / 2122-6362
Londrina	PR	86050-280	(43) 3329-5946 / (41) 340-1735
Rio de Janeiro	RJ	20559-900	(21) 2587-7118
Porto Velho	RO	78905-650	(69) 225-8506 / 229-6006 / 9906-3624
Porto Alegre	RS	91751-770	(51) 3266-1036 / 9916-8262
Porto Alegre	RS	90570-041	(51) 3395-2573 / 9662-6871
Florianópolis	SC	88010-410	(48) 221-6078 / 221-6079 / 221-6082
Aracaju	SE	49025-100	(79) 217-1959 / 3179-8848 / 9972-3293
Ribeirão Preto	SP	14030-000	(16) 3914-3302 res / 9167-7896 ou 9105-8569 / 603-9943
Taboão da Serra	SP	06790-270	(11) 3782-0714 / 9405-0021
Palmas	TO	77.000-000	(63) 9203-5858 / 214-6386 / 219-8079

Fax	E-mail (1)	E-mail (2)
(82) 221-4242	gorete@al.sesi.org.br	
(92) 622-2909	n Teixeira@am.sesc.com.br	
(85) 3452-9091	Magdalena@yahoo.com.br	
(85) 3452-9091	sampa-ce@uol.com.br	
(61) 307-3826	martaaraujo@sesc-ce.com.br	
(62) 524-8908	langelim@unb.br	
(31) 3572-1244 / (37) 3243-6503	fabineja@zipmail.com.br	caja_sme@ig.com.br
(65) 624-9434	marisaclaudio@yahoo.com.br	neja@fae.ufmg.br
(83) 221-1817	leonciosoaes@uol.com.br	simoneLima@nwnet.com.br
(81) 2122-6279	dulce@funedi.edu.br	cee.mt@educ.gov.br
(21) 2717-1041	bralfabetizado@ms.sesi.org.br	zezinhamoura@globo.com
(69) 229-6505	cee.mt@terra.com.br	malencar@br.inter.net
(48) 221-6255	forumejapb@ig.com.br	jaqventura@uol.com.br
(79) 3179-8895 / 3179-8896	malencar@globo.com	forumeja-ro@bol.com.br
(16) 621-6540	wramaral@sercomtel.com.br	raquel.pereira@fiero.org.br
	forumeja@uerj.br	
	dsouza@ro.sesc.com.br	
	pezequiel@diocesedejiparana.org.br	
	adriana.sr@pop.com.br	
	carmengatto@uol.com.br	
	gerej@sed.rct-sc.br	
	antoniaari@hotmail.com	
	smussalim@netsite.com.br	
	cmneto2003@yahoo.com.br	
	marciane@educ.to.gov.br	
	semec@nwnet.com.br	
	alaidesmendieta@hotmail.com	
		foreja.paulista@bol.com.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Departamento de Educação de Jovens e Adultos
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 7º andar – CEP: 70047-900 – Brasília, Distrito Federal
Fone: (0**61)2104-9530

Ofício nº /2005/DEJA/SECAD/MEC

Brasília, 02 de fevereiro de 2005.

À Senhora
Maria Emília de Castro Rodrigues
p/Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL

Prezada Senhora,

1. Faço referência ao Documento-síntese do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, ocorrido em Campo Grande-MS, no período de 09 a 11 de junho de 2004 e, mais especificamente, aos encaminhamentos feitos no Encontro que dizem respeito ao Ministério da Educação, endereçados ao Excelentíssimo Senhor Ministro Tarso Genro no término do evento.
2. Com relação ao pleito de apoio financeiro para publicação de materiais de apoio pedagógico ao trabalho do MOVA, será necessário encaminhar a esta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD um projeto detalhando os materiais a serem publicados e seus custos para que possamos estudar a viabilidade de atendimento.
3. No que se refere à publicação de cinco obras de Paulo Freire, comunicamos que há interesse da SECAD em incluir esta solicitação no âmbito das obras publicadas na Coleção Educação Para Todos e estão sendo efetuados os primeiros contatos.
4. Com respeito à reivindicação de assento de representante da Coordenação Nacional do MOVA-Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, informamos que o assunto foi discutido na reunião ocorrida no dia 17 de dezembro de 2004. Existe, na Comissão, o entendimento de que os Movimentos de Alfabetização estão representados, neste primeiro mandato, pela Professora Maria Aída Bezerra Costa, da Organização Não Governamental Sapé, na qualidade de participante da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB. No entanto, como foi colocado

na reunião, não foi descartada a possibilidade de, num próximo mandato, se assim for decidido no âmbito da RAAAB, que os Movimentos de Alfabetização passem a ser representados por um membro da Coordenação Nacional do MOVA-Brasil.

5. Por último, com relação à realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-Brasil, confirmamos o apoio político e financeiro do Ministério da Educação. Solicitamos, então, que seja encaminhado, o quanto antes, o orçamento total do Encontro para que possamos avaliar e definir qual seria o montante da contribuição do MEC. A partir desta definição, a Coordenação do MOVA deverá elaborar um projeto, a ser encaminhado à SECAD.

6. Sem mais, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, na certeza de que a parceria entre o MEC e o MOVA é fundamental para enfrentar o desafio de universalizar a alfabetização em nosso País.

Atenciosamente,

TIMOTHY IRELAND

Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos
SECAD/MEC

IV ENCONTRO NACIONAL MOVA-BRASIL
MOVA BRASIL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EJA

Ao Sr. Excelentíssimo Ministro,
Tarso Genro

Documento síntese

Os mais de seiscentos participantes reunidos no 4º. Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, em Campo Grande/MS, no período de 09 a 11 de junho de 2004, apresentam as deliberações construídas e aprovadas em plenário.

Existem no Brasil 16,3 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas absolutas acima ou igual a quinze anos, segundo o Censo do IBGE/2000, e cerca de 60 milhões com escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo, portanto, excluídas do direito à Educação, garantido pela Constituição de 1988.

Resgatando a fala do Prof. Celso Beiseigel, na conferência de abertura deste encontro, o MOVA é herdeiro da história da educação popular de jovens e adultos dos anos 60. É nessa perspectiva histórica que os MOVAs têm procurado fundamentar sua trajetória e princípios, tendo no legado de Paulo Freire a maior referência e inspiração.

Desse tempo, muitas experiências de Educação Popular frutificaram, oriundas dos mais diversos segmentos da sociedade. Essas experiências tiveram e continuam tendo relevância no processo de transição da ditadura militar para a democracia civil e o surgimento de fortes movimentos de base tem resgatado o debate sobre a incorporação de mecanismos de participação nas políticas públicas.

No caso do MOVA, uma das formas de garantir a participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas é por meio de parcerias. Em alguns municípios a participação popular é buscada muitas vezes pelo próprio movimento social para a realização dos programas de alfabetização. Em outros municípios, nos quais não existe tradição de movimentos sociais, o Poder Público/Estado é quem faz o papel indutor do processo de participação social. No entanto vale lembrar que os/as parceiros/as precisam ter objetivos comuns, busca-se a não descaracterização dos movimentos sociais e a gestão compartilhada do Movimento.

Estas parcerias são constituídas de maneira bastante diversificada, ou seja, em diferentes níveis e objetivos. Alguns parceiros/as são responsáveis pelos recursos

RICARDO GENROES P. MELO BR

financeiros; outros/as parceiros/as realizam a alfabetização dos jovens e adultos, o cadastramento dos alunos, os espaços para as salas de aula e indicação de monitores; outra forma de parceria é a estabelecida com as Universidades e ONGs que oferecem assessoria pedagógica e formação dos/as educadores/as populares e coordenadores/as. Temos que buscar a continuidade da Formação do/a Educador/a Popular dos MOVAs em nível fundamental, médio e superior através de parcerias que possibilitem esta formação, dentre elas as parcerias entre Prefeitura, Universidade, MEC e Movimento Social.

O desafio conjuntural é muito grande. O governo federal, que é fruto dos movimentos populares, passa por um momento complexo e de grandes contradições necessitando avançar na política econômica, na perspectiva de se garantir mais recursos para investimentos sociais, principalmente na educação e geração de emprego e renda. A parceria com o MEC hoje está na ordem do dia, para o fortalecimento e ampliação da luta pela superação do analfabetismo, através do Programa Brasil Alfabetizado. Muitos MOVAs buscam o financiamento, mas ao mesmo tempo procuram manter a sua particularidade, o que é fundamental.

Os desafios do MOVA não são apenas garantir mecanismos de participação política, mas dentre eles o de também reverter a prática desenvolvida pelo governo federal, ao longo desses anos, que é a ausência de política pública para a EJA. Esta prática tem reflexos bastante concretos na continuidade ou não dos estudos dos/as alunos/as dos MOVAs.

O MOVA-Brasil pauta-se em uma concepção libertadora de educação, em que a alfabetização é compreendida como um ato político de leitura e escrita da palavra/texto articulado com a leitura do mundo de forma crítica, politizada e transformadora da realidade social opressora e excludente das camadas populares. Para tanto é fundamental a inserção social, a participação ativa dos/as educandos/as e educadores/as de forma consciente e transformadora na sociedade.

Nesse sentido, reafirmamos, não há um tempo delimitado para o processo de alfabetização, ele é o tempo que o/a aluno/a necessita para a aquisição do ato de ler e escrever a palavra e o mundo numa perspectiva crítica e transformadora.

É fundamental a formação dos/as educadores/as populares do MOVA pautada na articulação teoria-prática no início e ao longo do ato educativo (reflexão sobre a prática); com diálogo permanente com os/as educadores/as populares. Trata-se de uma

formação que é de responsabilidade institucional e pessoal, contínua, com formação política de base, que promova a análise de conjuntura política-econômica-social e que realize um resgate histórico da trajetória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos. A formação com assessoria necessita ser específica e considerar os níveis/tempo de atuação dos educadores (nível inicial, intermediário, avançado), na periodicidade de cada realidade local. E, para que o processo de educação popular se dê a contento, é fundamental o compromisso ético-político-pedagógico do educador popular e demais sujeitos envolvidos no processo (coordenadores(as)/supervisores(as), equipe técnico-pedagógica) com os/as educandos/as, com o Movimento Popular, sendo um/a permanente pesquisador/a, na construção, organização, desenvolvimento e avaliação do currículo, que se volte para a realidade dos/as educandos/as. Além do compromisso ético-político com a classe popular trabalhadora, é de suma importância a garantia de material didático e de apoio pedagógico, de qualidade, para a formação dos/as educadores/as e a realização dos trabalhos no MOVA.

É fundamental a articulação MOVA/EJA sem amarrar o MOVA, sem engessá-lo, pois ele é movimento, é vida, e, enquanto tal, precisa influenciar a EJA como Educação Popular e, por sua vez, cobrar dos Estados e municípios o atendimento da demanda gerada nas salas de MOVA, na rede pública de ensino, para que o/a educando/a tenha assegurado o direito de estudar ao longo da vida.

PROPOSTAS

- Entregar o documento do IV Encontro Nacional MOVA BRASIL e cobrar encaminhamentos dos governos (municipal, estadual e federal).
- Ampliar investimentos para a melhoria da qualidade social da escola pública.
- Melhoria da qualidade do ensino.
- Articular o MOVA BRASIL com o PROGRAMA FOME ZERO.
- Repassar verbas para projetos de MOVA/ EJA (estados, municípios, entidades sociais) respeitando as suas características.
- Garantir financiamento para ampliação do MOVA/ EJA (garantia da continuidade).
- Lutar pela aprovação e implementação do FUNDEB.
- Participar da discussão nacional sobre financiamento (CNTE), articulando inclusive com o legislativo.

- Garantir a formação superior aos educadores do MOVA.

RECOMENDAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

- Aprofundar o conceito de alfabetização na Educação Popular.
- Solicitar ao MEC e instituições, apoio financeiro para publicação de materiais de apoio pedagógico ao trabalho no MOVA, considerando a diversidade e especificidades locais.
- Solicitar ao MEC a publicação de cinco obras de Paulo Freire – Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Autonomia, Educação e Mudança – em papel jornal para subsidiar a formação dos educadores populares.
- Estabelecer parcerias com Universidades Públicas para formação continuada e em nível superior, gratuita e de qualidade, garantindo a formação dos/as educadores/as populares e educandos/as ao longo da vida numa vertente libertadora, definindo critérios e envolvendo os/as educadores/as na elaboração das propostas de formação.
- Refletir acerca do tratamento dado ao/a educando/a (conceito de analfabetismo).
- Investir prioritariamente no trabalho de alfabetização realizado pelos movimentos sociais por meio das entidades.
- Intensificar o diálogo entre SECAD e MOVAs e garantir a participação da Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização.
- Incorporar no censo a mobilidade dos alunos de MOVA e de outros programas.
- Solicitar ao MEC apoio, político e financeiro para a realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, a ser realizado em Brasília, no período de 09 a 11 de junho de 2005, com o tema “MOVA-BRASIL, tecendo a Educação Popular Libertadora: política pública e diversidade”.
- Criar a logomarca do MOVA-BRASIL.
- Abrigar as informações da Rede MOVA-BRASIL no espaço virtual do “Observatório UNESCO: Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais”, área temática alfabetização de jovens e adultos.

QUESTÕES E DESAFIOS

- Fortalecer o diálogo com os parceiros para garantir a continuidade dos programas.

- Formação política do educador popular de forma que haja aceitação e entendimento da necessidade de mudança para uma perspectiva libertadora, o que demanda: compromisso, participação nos encontros, clareza do conceito de alfabetização, formação cidadã, articulação teoria-prática.

- Constituir e fortalecer os Fóruns regionais e municipais de MOVA's.

- Divulgar nos Fóruns Regionais a temática central e subtemáticas do encontro nacional.

Campo Grande, 11 de junho de 2004.
Participantes do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL

M. E. Rodrigues
Maria Emilia de Castro Rodrigues
P/ Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL

Coordenação local do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL:

Maria R. Cilena Pina Pinto

informação em rede



Encarte do boletim mensal sobre educação de jovens e adultos | São Paulo, set. de 2004 | Ano VIII Nº 69

Relatório-síntese do VI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos Porto Alegre RS – 8 a 11 de setembro de 2004

O relatório-síntese do VI ENEJA "Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade" está assim estruturado: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, em seguida, as questões relacionadas aos desafios da EJA, políticas de alfabetização e continuidade, financiamento e diversidade; ao papel político dos Fóruns e dos segmentos que os compõem.

O ENEJA se realiza, pelo segundo ano consecutivo, em conjuntura nacional favorável à educação de jovens e adultos, do ponto de vista político. Desde 2003 a inflexão causada nas políticas públicas no sentido de assumir o direito de todos à educação, especialmente em relação a jovens e adultos, produziu efeitos significativos no cenário nacional da área. Observa-se, com certo regozijo, que muitas demandas dos Fóruns organizados vieram sendo incorporadas nas agendas políticas, o que, no entanto, não apazigou o temor, quando as mudanças ocorridas no início do ano no MEC ameaçaram o rumo das frágeis conquistas, pelo discurso ministerial insistentemente repetido, por invocação da mídia, sobre a reforma universitária. Aos poucos, no entanto, pôde-se delinear um novo quadro, com marcas favoráveis, referentes à assunção da continuidade à alfabetização, sem o que o direito não se faz, nem há chance de garantir a alteração da condição dos níveis de escolarização do país, pela inclusão do segmento jovem e adulto, a quem o Estado brasileiro deve o ensino fundamental como direito constitucional. No plano internacional, os acordos referentes à Década da Alfabetização, proposta em Assembléia Geral da ONU, e as novas repactuações da Conferência CONFINTEA + 6, em Bangcoc, Tailândia, põem a UNESCO em diálogo e convocação constante do governo brasileiro, seja para o

desenvolvimento de agendas específicas que cumprem determinadas metas, seja para a realização de programas e projetos. A parceria repercute em inúmeras ações, alinhando-se a UNESCO na luta dos Fóruns pelo direito à EJA. O programa de alfabetização se amplifica, trazendo o sentido renovado da parceria e do respeito às iniciativas já existentes nas administrações públicas e na sociedade, e organiza-se a Comissão Nacional de Alfabetização, reconhecendo e legitimando assento ao movimento dos Fóruns, como interlocutores potentes para a discussão das políticas públicas. O desafio das conquistas em relação à concepção do que deve ser a EJA, no entanto, não agregou recursos públicos reveladores dessa mudança de curso, da forma esperada. A política econômica segue, ainda, sendo um forte limitador do avanço das áreas sociais, pelos compromissos firmados externamente com agências multilaterais, de pouca flexibilidade no tocante aos remédios amargos receitados aos países em desenvolvimento. No cenário político as disputas econômicas se acentuam, com a recente ameaça de cortes nas receitas, com a desvinculação dos recursos da União – DRU. Estados e municípios tomam posição, diante dos riscos iminentes, alertando para as perdas — e conseqüentemente novas lutas — por recursos para a educação. A luta social pela derrubada dos vetos ao NDEF, que excluiu a EJA do aporte

dos recursos, assim como dos vetos ao Plano Nacional de Educação, ambos feitos pelo governo anterior, não chegou a bom termo apesar das esperanças de que a questão se dirimisse em tempo curto. Continua sendo uma preocupação como alternativa de "via rápida", ao tempo em que o governo negocia um novo Fundo, o da Educação Básica. Também este um Fundo que, por princípio, deve contemplar a EJA, mas sobre o qual os participantes não têm clareza para afirmar que assim se consolide o direito. O momento é de expectativa, mas também de compreensão de que a disposição de fazer diferente tem sido expressiva na negociação de programas e recursos na área, alterando focos de investimento e modos de gestão, buscando enraizar a EJA nos sistemas públicos, para garantir a continuidade de estudos para todos os que desejam escolarizar-se.

Desafios e perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos

As discussões do VI ENEJA apontam que o grande desafio da área está em construir uma educação pautada na dimensão humana. A EJA deve configurar um campo próprio nas políticas públicas, com especificidades. O Estado vem pensando a temática, criando estruturas em níveis municipais e estaduais; cresce o número de professores e alunos. Assume gradativamente um campo nunca

efetivamente assistido, na perspectiva de garantia da educação para todos, como direito público subjetivo.

Não o faz, no entanto, sem problemas, face ao número gigantesco do desafio a enfrentar.

A pobreza heterogênea e complexa de 55 milhões de pessoas, das quais 24 milhões em condição de pobreza absoluta tem rosto, raça, etnia, perfil, e atinge com violência crianças e jovens, principalmente.

Os indicadores educacionais revelam uma face dura dessa pobreza, que quando associada à raça, revela que a escolaridade média de negros até 25 anos é de 6,1 anos de estudo, enquanto entre jovens brancos é de 8,4 anos. Os dados do IBGE do Censo continuam assustando e pesando a cada esforço que se faz de superação: 16,2 milhões de analfabetos; 32,7 milhões de analfabetos funcionais; 53,6 milhões de pessoas que não completaram o ensino fundamental.

No âmbito da EJA, além dos que tradicionalmente conduziram o trabalho de educação de jovens e adultos — movimentos populares, ONGs, igrejas, Sistema S etc.—, outros atores entram em cena, como empresários, com uma perspectiva positivamente agressiva de buscar caminhos mais promissores para a EJA. Tal realidade é, sem dúvida, reflexo de uma sociedade cada dia mais sensível ao direito à educação de qualidade para jovens e adultos, não como assistencialismo, mas *direito*, na perspectiva da cidadania.

Construir a especificidade da EJA no sistema público, longe de um olhar que reproduza as negatividades do sistema escolar, desnaturalizando os tradicionais currículos, métodos, espaços e tempos, criando estratégias que dêem conta das seguintes perguntas, traduz o desafio: o que é ser jovem e adulto da EJA?

Quem são os educandos? Que trajetórias humanas, sociais e culturais têm esses sujeitos? Que histórias marcam suas biografias? Que relações estabelecem com o mundo do trabalho e o quanto este conforma suas subjetividades?

Os participantes do VI ENEJA afirmam que a EJA, por suas características, expressão máxima de processos de exclusão da sociedade, deve combater modelos econômicos excludentes, produzindo identidades e configurações em que o ser humano, na sua integralidade, constitua o eixo central das práticas pedagógicas. Nesse processo, afrontam a globalização, estimuladora de

processos educacionais que inviabilizam o diálogo, o olhar para o diferente, para as questões de diversidade — gênero, raça, etnia, intergeracional, interculturalismo etc. — e para o desconhecimento da história da humanidade.

O desafio está em educar ética e cientificamente para a cidadania e manter viva a participação da sociedade civil, das organizações no debate com o governo e demais esferas da vida pública, para continuar organizando lutas sociais que expressem as necessidades sociais, políticas e culturais da população, como vem acontecendo desde 1999 nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos.

Políticas de Alfabetização e de Continuidade

A resposta pública organizada de programas em nível de alfabetização ainda não garante o *direito*, previsto constitucionalmente para todos, independente da idade. Para os participantes do VI ENEJA, a alfabetização é assumida como etapa inicial de um processo mais amplo, em que a garantia da escolarização em nível fundamental faz-se pela continuidade, para que se cumpra o direito de todos. Essa continuidade vem acompanhada da discussão sobre as políticas de financiamento da educação. Entende-se que qualquer continuidade está vinculada a recursos que precisam ser melhor distribuídos no âmbito das esferas governamentais e não-governamentais. Admite-se a necessidade de continuar a haver todo um esforço para o atendimento aos excluídos do direito, tanto por parte do poder público, quanto pelas iniciativas da sociedade, reiterando-se as dificuldades de realização de ações contando apenas com educadores voluntários, o que resulta, quase sempre, em descontinuidade por não se poder responsabilizar esses sujeitos por tarefas de tamanha complexidade.

Avalia-se positivamente a inflexão das alocações dos recursos com prioridade para o setor público, pela possibilidade de essa estratégia apontar mais fortemente para a continuidade de estudos no nível fundamental. Enraizar nas redes públicas a alfabetização, pode significar um passo decisivo para a constituição de políticas efetivas de

atendimento e de cumprimento do direito, no tocante à escolarização de ensino fundamental.

Os modos, no entanto, como se pensa a alfabetização, exigem concepções que levem em conta a diversidade dos sujeitos educandos, suas práticas sociais e culturais e do mundo do trabalho, seu estar no mundo — refletidos nas propostas pedagógicas —, mas exigem também a mobilização da sociedade, para assegurar a qualidade do processo, seu acompanhamento, seus resultados. Relevante ainda na definição política de programas é a formação continuada de educadores, pelo indispensável papel que exercem no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conseqüentes com os fundamentos dos processos de aprender a ler e a escrever. As concepções dos educadores sobre o que é alfabetizar podem significar um diferencial positivo tanto nessas práticas, quanto no desenvolvimento dos programas. Para a continuidade dos processos de escolarização, reforça-se a importância do acompanhamento ao Programa *Brasil Alfabetizado* e a demais programas de alfabetização não vinculados às redes estaduais e municipais, ou nos casos em que as redes não se articulam com a diversidade de programas, planejando o ingresso dos alunos.

No âmbito de propostas não-escolares, deve-se observar a perspectiva da EJA como educação continuada, que envolve o aprender ao longo da vida, estimulando o desenvolvimento de projetos que incluam educacional, cultural, e socialmente os jovens e adultos como sujeitos da cidadania.

Políticas de Financiamento

Discutir educação sem financiamento é estar fora da vida real. No oitavo ano de ação do FUNDEF, verifica-se que, por um lado, serviu para colocar mais crianças na escola, passando de uma taxa de acesso — a chamada universalização — de 93% para 97%. Pôde, também, corrigir a remuneração de professores, que passaram a não ganhar menos de um salário mínimo. Tudo isso sem, no entanto, reduzir as desigualdades regionais, fazendo os seus deserdados — a EJA, a educação infantil, o ensino médio — e colocando o ensino fundamental em condição de

municipalização irreversível. Desde o segundo ano de existência o FUNDEF deixou de atualizar, como previsto na lei, o valor *per capita*/aluno. Não alterou, significativamente, a qualidade do ensino: permanência na escola e sucesso ainda passam ao largo dos efeitos do Fundo. O financiamento da educação continua atrelado às definições das agências internacionais que o reduzem para pagar a dívida externa. Por meio de leis, como a de responsabilidade fiscal, exerce-se o controle da expansão da educação, e para a educação de jovens e adultos, no que existe de recursos, trabalha-se com valores menores, justamente por entendê-la como modalidade também menor de educação. O papel do poder público para fazer frente e responder às demandas da cidadania é indiscutível. No entanto, em poucos municípios brasileiros a secretaria de educação assume o controle direto de seus recursos, sem que até hoje se regule o Art. 69 da LDB que preceitua para os dirigentes da área o papel de gestores dos recursos da educação. O controle social não se faz, seja sobre entes públicos, como sobre entes privados. Nenhuma análise de impacto foi feita sobre o que têm significado os investimentos em educação, mas as evidências revelam que apesar desses investimentos, muita gente ainda permanece à margem dos sistemas de ensino, sem escolaridade, sem saber ler e escrever.

O risco que se corre, e para o qual se necessita estar alerta, com a política de recursos executada, é o da substituição, em vez de complementação, de que muitos parceiros se valem, deixando de expandir os sistemas e dar conta da alfabetização e continuidade, como oferta pública.

Em suma, o financiamento da EJA ainda apresenta fortes contradições, entre a concepção de prioridade para a alfabetização e os aportes financeiros efetivos; entre o dever de investir o percentual definido nas constituições federal, estadual e nas leis orgânicas municipais e o efetivamente aplicado; entre o reconhecimento da sua importância e o conhecimento e o debate que o tematizam e aprofundam.

Políticas de Diversidade

Para os participantes do VI ENEJA, a aprendizagem deve estar voltada às

especificidades dos alunos, desenvolvendo metodologias próprias para as suas necessidades, atentando-se para sua formação social, ética e política, principalmente quanto ao resgate da cidadania. As políticas de diversidade alteram a ordem dos processos de exclusão, privilegiando o ser humano na sua integralidade, priorizando as diferentes gerações, com ênfase nas juventudes e suas singularidades, nas condições de ser trabalhador, nas questões de gênero, de raça, etnia, diversidade sexual e religiosa, e de respeito à diversidade cultural, entre outros.

• Das concepções pedagógicas Os participantes do VI ENEJA consideram que uma das principais questões a serem enfrentadas na EJA diz respeito à concepção de *suplência*, alterada pela LDB, que define a EJA como modalidade da educação básica; e reconceitualizada pelo Parecer nº. 11/2000, do Conselho Nacional de Educação. A EJA ainda resiste, como *suplência*, em centenas de secretarias de educação espalhadas pelo país, revelando processos que não se distanciam dos tradicionais da escola e que, por isso mesmo, não respondem à realidade dos alunos. Para transformar currículos, tempos, espaços, métodos e tecnologias de informação e comunicação multimídia é necessário o envolvimento coletivo e a busca de articulação intersetorial das instituições que conformam a esfera pública. Considerando-se a especificidade dos alunos da EJA e as possibilidades sinalizadas na legislação, encontra-se um campo repleto de desafios, inaugurando inovações educacionais próprias do âmbito dessa modalidade educativa, conforme apontava Paulo Freire.

Novos modos de fazer pedagógico devem compor o significado da EJA, levando em conta o contexto vivenciado pelos educadores, educandos e comunidade, autores e protagonistas da construção dos processos pedagógicos. Rever horários, grades curriculares que aprisionam e excluem os sujeitos, não incorporando sua diversidade é tarefa emergencial que não se faz por lei, mas pela prática, estimulada pelo diálogo, em processos de formação, em encontros e debates, em que se destaca o papel das novas tecnologias de multimídia interativas e de demais linguagens da informação e comunicação. O MEC, por meio

compromisso atual com a EJA de qualidade e em respeito aos sujeitos desse processo, tem papel preponderante no fomento dessas urgentes mudanças.

A formação dos educadores de EJA tem na universidade um pólo central de formação inicial e continuada. Mas também tem lugar a participação de alfabetizadores sem formação pedagógica de magistério nas propostas não-escolarizadas, e para esses deve-se garantir a conclusão da escolaridade. As políticas de leitura constituem, sobretudo, elementos fundamentais para a consolidação das aprendizagens do ler e do escrever. Valoriza-se o incentivo à leitura da produção literária nacional e local, assim como a ampliação do acesso à variedade de práticas e gêneros textuais.

Por fim, sugere-se que os processos pedagógicos tenham espaço para incorporar os sonhos e a corporeidade dos sujeitos nos processos de formação.

Papel político dos Fóruns de EJA

Os Fóruns de EJA, como movimento social, caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, atualmente, quase todo o território nacional. Em 2004, são 24 os Fóruns Estaduais presentes, 19 Fóruns regionais e uma comissão pró-Fórum e apresentam a seguinte configuração nos estados e Distrito Federal: Região Norte — Rondônia (RO) e Regional RO (Ji-Paraná), Roraima (RR), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pará (PA), Comissão pró-Fórum do Acre; Região Sul — Rio Grande do Sul (RS), Fóruns Regionais do RS (Serra, Litoral, Fronteira, Santa Cruz, Central, Pelotas, Noroeste, Porto Alegre, Grande Porto Alegre), Santa Catarina (SC), Paraná (PR); Região Sudeste — Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG) e Fóruns Regionais de MG (Vale das Vertentes, Norte, Nordeste, Leste, Oeste e Zona da Mata), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Fóruns Regionais SP (Nordeste e Oeste); Região Centro-Oeste — Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Distrito Federal (DF), Goiás (GO); Região Nordeste — Bahia (BA), Fórum Regional BA (Extremo Sul); Piauí (PI), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Ceará (CE).

Com motivações diferentes na origem e no percurso de cada movimento local, os Fóruns compartilham dificuldades comuns e têm instituído táticas de mobilização no enfrentamento dessas dificuldades, produzindo

novas formas de ação, traduzidas em proposições de políticas públicas, em nível local, na articulação com estados e municípios. Em nível nacional, em interlocução com a SECAD/MEC, algumas proposições têm sido reconhecidas e legitimadas. Ao tematizar a alfabetização, financiamento e continuidade no VI ENEJA, os Fóruns, como movimento social, chamam para si a assunção da tarefa política de pressão junto ao Governo Federal, no sentido de assegurar recursos necessários para efetivar as ações do Programa *Brasil Alfabetizado* e da EJA, do PRONERA e do MOVA-Brasil, na perspectiva da educação continuada ao longo da vida. Em nível local, a mobilização dos Fóruns se faz em torno do financiamento, da participação na formulação de orçamentos, na fiscalização e acompanhamento da aplicação de recursos da educação em estados e municípios. Na expectativa da aprovação do FUNDEB gerada pela sociedade civil o VI ENEJA assumiu posições diferenciadas: a primeira, a que entende que se deve defender a inclusão de todos os níveis de ensino no Fundo, mas alerta à idéia de que esse Fundo ainda não dá conta de resolver o problema do financiamento da EJA. Uma segunda posição recomenda que, concomitantemente ao processo de aprovação do FUNDEB, os Fóruns busquem aprofundar estudos sobre os fundos, oportunizando, em nível local e em nível regional, espaços de discussões mais elucidativas. Como terceira posição, assume-se que cada Fórum encaminhe de maneira efetiva a luta pela derrubada dos vetos ao PNE, defendendo o Plano da sociedade, construído democrática e amplamente pelo Congresso Nacional de Educação (CONED).

Os Fóruns têm oportunizado espaços para o exercício democrático, para a participação e o debate plural, tomando o diálogo como fundamento, fortalecendo a construção coletiva de percursos comuns, em instâncias locais.

Papel político dos segmentos organizados

Os segmentos organizados que integram os Fóruns de EJA nos estados vêm revelando, a cada ano, maior potencialidade e poder articulador. A consciência desses segmentos quanto a alguns aspectos indispensáveis para garantir a educação de jovens e adultos se

representa pelas seguintes convergências: reconhecimento de que Fóruns e ENEJAs são espaços cada vez mais significativos da diversidade de atuações e de contribuições múltiplas, e por isso mesmo favorecem o fortalecimento da EJA, como educação de qualidade; necessidade de articulação da EJA com políticas e atividades de geração de renda, vinculadas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e imediato fortalecimento de políticas de formação do educador, entendido como sujeito jovem e/ou adulto de processos de aprendizagem sobre práticas alfabetizadoras e de formação do leitor-escritor; exigência de fortalecimento da participação dos movimentos sociais em cada estado; aproximação intensiva das demandas da EJA, por parte das universidades, entendendo que a elas cabe prioritariamente o papel de formação, vinculado a projetos de alfabetização e sua continuidade na EJA; necessidade de ampliar pesquisas e estudos sobre a EJA e de desenvolver propostas curriculares na prática; superação da lógica da *suplência* ainda remanescente nas falas e práticas, assumindo a EJA como direito. Embora se requisite a ampliação de práticas de ensino de EJA nos cursos de formação de professores na universidade, reconhece-se que estas têm tido um papel preponderante na formação de alfabetizadores.

Compromisso com políticas públicas para a EJA: indicações e deliberações do VI ENEJA

Ao encerrar o VI ENEJA, os participantes entendem que este evento marca mais um importante avanço na constituição de políticas públicas de EJA. Se por um lado se avança no tocante à assunção de uma nova concepção do que deve ser a política pública do MEC, abandonando a perspectiva restrita de alfabetização, e ampliando-a para a de educação de jovens e adultos, por outro lado se verifica, ainda, expressivo financiamento que faça jus à prioridade estabelecida pelo governo federal. Muitos são os desafios a enfrentar, especialmente quando se sabe que os recursos do país, de um modo geral, cedem mais às orientações externas de monitoramento e reserva, do que aos clamores populares no que diz respeito às demandas sociais, exigentes de

condições de vida, de trabalho, de educação, de saúde, de habitação etc. Embora exista uma base legal que autoriza a oferta de cursos (presenciais e a distância) e exames de EJA, há denúncias de cursos aligeirados, com e sem autorização, o que exige do poder público enérgica ação fiscalizadora. Assumindo os avanços já referidos, mas também apontando as contradições presentes na condução política dos programas na área, o ENEJA não poderia deixar de assinalar a ação pouco incisiva do MEC para a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação, como ao FUNDEF, o primeiro e o segundo conformadores de uma lógica que se manteve cruelmente durante todo o governo anterior, quando o lugar da EJA foi mantido como o da subalternidade e do assistencialismo. A despeito de toda a disputa e complexidade que a derrubada dos vetos signifique, não é possível mais esperar. A dificuldade subjacente em romper com o modelo permanece, mesmo quando o discurso se atualiza e é proferido por outros sujeitos, comprometidos historicamente com a EJA. *Seguem-se moções da plenária e indicações para o VII ENEJA.*

Equipe de relatoria: Edna Castro de Oliveira (UFES), Eliane Ribeiro (UNIRIO), Jane Paiva (UERJ), José Barbosa da Silva (UFPA).

Realização

Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio Grande do Sul, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do RS / UNDIME-RS; Universidade de Cruz Alta / UNICRUZ; Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS / FASE-RS; EJA Universitário; Colégio Objetivo Pelotas; Diálogo Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; PUC/RS; SESI/PIERGS; Governo do Estado do Rio Grande do Sul / Secretaria de Educação; Prefeitura de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Educação.

Apoios

Centro de Integração Empresa-Escola / CIEE; Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Fóruns de EJA; Fundação Bradesco; Ministério do Trabalho e Emprego / MTE; Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil / RAAAB; Serviço Social do Comércio / SESC Nacional; Serviço Social da Indústria / SESI Nacional; UNESCO; Universidade Luterana do Brasil / ULBRA/RS.

Patrocínio

Ministério da Educação / SECAD; Fundação Abrinq; Natura

10/11/2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Reunião Técnica – MEC / Representantes dos Fóruns de EJA

Data: 19 de novembro de 2004

Local: Hotel Torre Palace

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, reuniu-se com representantes dos Fóruns Estaduais e Regionais de Educação de Jovens e Adultos, com a seguinte pauta:

1. Abertura;
2. O MEC, a SECAD e as políticas de Educação de Jovens e Adultos;
3. Apresentação das experiências dos fóruns de EJA;
4. Apresentação e discussão do instrumento de mapeamento das ações de alfabetização;
5. Apresentação e discussão do instrumento de avaliação cognitiva do Programa Brasil Alfabetizado;
6. Discussão sobre o VII ENEJA.

1. Abertura:

O Diretor de Educação de Jovens e Adultos da SECAD, o Professor Timothy Denis Ireland, abriu a reunião dando as boas-vindas. Apresentou os representantes dos 20 (vinte) fóruns estaduais e dos 3 (três) fóruns regionais presentes, o que evidenciou um comparecimento significativo.

2. O MEC, a SECAD e as políticas de Educação de Jovens e Adultos:

O Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ricardo Henriques, ao comprometer-se em transformar a Educação de Jovens e Adultos – EJA em política pública, reconheceu a legitimidade dos fóruns de EJA como interlocutores

permanentes junto ao MEC e os movimentos populares como atores desse processo.

Para essa transformação será preciso:

- Dar escala a experiências consistentes;
- Estabelecer práticas com continuidade, independente das transições políticas;
- Promover a multidimensionalidade da agenda da EJA, hoje, reduzida em função de pressões e arranjos estruturais a campanhas e projetos esporádicos.

A partir da constatação de que o MEC funcionava como um gigante constituído por unidades fechadas, com núcleos de poder, incapaz de elaborar uma agenda estratégica, pensou-se em um redesenho de sua estrutura. A antiga Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC passou a ser a atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e a Secretaria de Educação Básica – SEB, que integra a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, assumiu a definição das políticas do ensino médio. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD foi criada com a finalidade de englobar as áreas marginais - EJA, alfabetização e diversidade – que precisavam de uma institucionalidade própria para enfrentar o desafio da inclusão educacional.

O nome da Secretaria foi resultado do desafio de agregar essas áreas marginais e dar visibilidade a cada uma delas. A perspectiva da educação continuada é associar a democratização do acesso (educação para todos) ao direito à educação de qualidade ao longo da vida; a alfabetização passa a ser entendida como portal de entrada da EJA e a diversidade entendida como valorização das diferenças e respeito às especificidades, tratando desigualmente os desiguais.

Dentro desse contexto, os desafios da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos – DEJA são:

- Associar a alfabetização com a EJA;
- Pensar a diversidade da EJA;
- Buscar o aumento de qualidade do Programa Brasil Alfabetizado;
- Alavancar o processo de escolarização, ancorado nas redes municipais e estaduais com a participação do terceiro setor, mas com direcionamento para o setor público;
- Definir a inclusão da EJA no FUNDEB;
- Construir com o CONSED e a UNDIME uma agenda de planejamento, em médio prazo, das ações de alfabetização e EJA.

3. Apresentação das experiências dos fóruns de EJA;

Cada fórum apresentou suas experiências:

AMAZONAS

Representante: Nilton Carlos da Silva;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 1 ano e meio;

Organização: está organizado em coordenações por entidades. O estatuto está em processo de elaboração;

Dinâmica de funcionamento: reunião mensal – última sexta-feira de cada mês. Realizam seminários;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: discutir de forma mais ampla a formação de professores.

RONDÔNIA

Representante: Darcy Ferreira de Souza;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: existe com Estatuto desde maio de 2003, mas funciona desde 2001;

Organização: Coordenação colegiada: coordenador-geral, secretário, representantes de ONG's e técnicos das Secretarias estadual e municipal. Os dois fóruns possuem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: encontros mensais – os dois fóruns. Promovem seminários;

Fórum Regional: Ji-Paraná (junho de 2004);

Expectativa com relação ao MEC: formalizar parceria visando atingir objetivos: erradicação do analfabetismo e educação de qualidade.

TOCANTINS

Representante: Iolanda de Oliveira;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 5 anos – 1999;

Organização: um coordenador por instituição;

Dinâmica de funcionamento: trabalham com grandes eventos, mas ainda estão se organizando para realizar encontros menores e regulares;

Fórum Regional: estão montando o Fórum Regional;

Expectativa com relação ao MEC: esta reunião representa um momento ímpar, pois o MEC legitima a existência dos fóruns. Portanto, a EJA não vai ser a mesma. Esperam participar do processo de transformar a EJA em política pública.

BAHIA

Representante: Magdalânia Cauby França;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 2 anos – 2002;

Organização: Coordenação colegiada: 1 coordenador e 2 representantes de cada segmento;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais e reuniões abertas, bimestrais e temáticas. Encontro anual: seminários e oficinas;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: esperam que o MEC atente para a especificidade da Bahia em relação à extensão e faça articulação com os municípios. Solicitam que o MEC elabore diretriz para a formação do professor / alfabetizador. Facilitação da execução do SBA. Maior liberdade de alocação de recursos em relação à limitação das ações do Programa Brasil Alfabetizado. Contemplar no PBA novas ações: material didático e transporte para atender a zona rural.

CEARÁ

Representante: Maria José Barbosa;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 2 anos – 2002;

Organização: Coordenação colegiada: cinco representantes das seguintes entidades: SESC, SESI, SEDUC, CEJA'S e Universidade Federal. Não tem estatuto por decisão do Fórum. O Fórum abraça a causa de buscar professores para participarem como membros;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais – última quinta-feira do mês. Encontros bimestrais com professores;

Fórum Regional: tem Centros de EJA – CEJA'S. São 36 (6 na capital e 30 no interior);

Expectativa com relação ao MEC: esperam que o MEC defina uma política para EJA; entenda as diferenças regionais e, portanto, desburocratize os procedimentos; solicitam que os repasses sejam feitos em dia.

PARAÍBA

Representante: Maria José Nascimento Moura Araújo – Zezinha;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 5 anos – 1999;

Organização: não tem uma coordenação nem um estatuto. Possuem um Grupo Articulador que está aberto à participação de entidades que trabalham com EJA e pessoas interessadas;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais. Quatro encontros anuais – março, agosto, setembro e outubro;

Fórum Regional: não há;

Expectativa com relação ao MEC: vão se reunir para formular expectativas.

PERNAMBUCO

Representante: Maria Fernanda dos Santos Alencar;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 14 anos – 1991;

Organização: em 2000 se realizou o I Encontro regional. Não tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: o Fórum Estadual se reúne mensalmente. Os fóruns regionais se encontram quinzenalmente ou, às vezes, semanalmente;

Fórum Regional: estão divididos por região: agreste, metropolitana.....

Expectativa com relação ao MEC: esperam que o MEC promova uma maior articulação entre os movimentos sociais e o Fórum. Criaram um plano estratégico de mapeamento das iniciativas de EJA em Pernambuco, mapeamento de instituições de formação de professores e mapeamento dos projetos sociais das esferas pública e privada.

SERGIPE

Representante: Maria Antônia de Arimatéia Freitas;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 3 meses (19 de agosto de 2004). Está há 3 anos em processo de mobilização;

Organização: o Fórum surgiu e funciona dentro da Seduc. Gostariam que o Fórum fosse desvinculado da esfera da Secretaria e lutam por uma maior conscientização pela participação das outras entidades envolvidas. Estão em processo de constituição de uma Comissão de coordenação;

Dinâmica de funcionamento: reuniões e seminários;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: esperam que este encontro seja o primeiro de uma nova fase (que outras reuniões aconteçam); maior autonomia em relação às ações; melhor articulação entre o MEC, FNDE e INEP.

ALAGOAS

Representante: Maria Gorete Rodrigues de Amorim Lopes;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 4 anos – implantado em 2001;

Organização: coordenação ampliada. Não tem um único coordenador;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais da coordenação. Promovem reuniões ampliadas: seminário – 2002, I Ciclo de palestras (preparatórias para o ENEJA) e II Ciclo de palestras (políticas públicas) – 2003;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: concretizar as discussões do ENEJA, no sentido de que os fóruns sejam reconhecidos como instância política e fortalecidos.

ESPÍRITO SANTO

Representante: Carlos Fabian de Carvalho;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 6 anos – 1998;

Organização: Comissão organizadora. Não tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais da comissão. Cinco Encontros anuais;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: esperam que esta reunião seja o início de uma política de escuta e que não sejam (fóruns) surpreendidos com intervenções sem consulta.

RIO DE JANEIRO

Representante: Jaqueline Ventura;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 8 anos – 1996;

Organização: o Fórum faz parte do projeto de extensão da UERJ. Não tem estatuto, mas tem uma secretaria. A Seduc é pouco presente no Fórum;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais – terceira segunda-feira do mês;

Fórum Regional: ?

Expectativa com relação ao MEC: esperam manter um diálogo permanente com o MEC, para que se estabeleçam reuniões regulares. Propondo e sendo ouvidos efetivamente, não só como instância consultiva, mas também deliberativa.

SÃO PAULO

Representante: Cláudio Marques da Silva Neto;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 5 anos – 1999;

Organização: Colegiado informal. Não tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: reuniões bimestrais em final de semana. A Seduc não participa regularmente;

Fórum Regional: Nordeste e Oeste paulista;

Expectativa com relação ao MEC: criar uma dinâmica de funcionamento das futuras reuniões e um calendário com datas e agendas.

SP – REGIONAL NORDESTE PAULISTA

Representante: Silvana Mussalim;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 4 anos – 2000;

Organização: não tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: encontro anual e seminários semestrais;

Fórum Regional: já são;

Expectativa com relação ao MEC:

SANTA CATARINA

Representante: Elisabete Duarte Borges Paixão;

Entidades que compõem o Fórum: ACAFE, ARCAFAR, BB EDUCAR, CNEC, CECRISA, CEFET, CIEE, Assembléia Legislativa, CEE, CMEF, SME de Itajaí, Florianópolis, Penha, Guaramirim, Corupá, Balneário Camboriú, SENAC, FAESC, SENAT, SESC, SESI, SETE, SINEPE, UNDIME, UDESC, UFSC, UNISUL, Universidade Estácio de Sá, Presídio de Florianópolis, ONG Moradia e Cidadania, Grupo Voluntariado, FETAESC, Fundação Bradesco, FORJA, INCRA, EPAGRI, SED;

Tempo de existência: 7 anos – 1998;

Organização: Coordenação, Vice-coordenação, 1º e 2º Tesoureiros e 1º e 2º Secretários, Conselho fiscal. Tem estatuto e CNPJ;

Dinâmica de funcionamento: reuniões ordinárias mensais – primeira quarta-feira do mês. Reuniões extraordinárias para a preparação do seminário anual. Um seminário estadual por ano, congregando professores de todas as regiões e abrindo vagas para outros estados. Vão fazer um Congresso Nacional em 2005. Tem site;

Fórum Regional: são 29. Estruturaram os fóruns regionais nas Secretarias de Desenvolvimento Social;

Expectativa com relação ao MEC: articulação nacional dos fóruns; divulgação das experiências de EJA; apoio financeiro para realização de eventos estaduais; banco de dados em nível nacional; formulação de políticas nacionais para EJA; estímulo à elaboração de material didático específico para EJA e cadernos pedagógicos.

PARANÁ

Representante: Wagner Roberto do Amaral;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 1 ano – 2003;

Organização: organização informal. Não tem regimento, nem estatuto. Realizam um encontro anual –ENPEJA;

Dinâmica de funcionamento: reuniões abertas, bimestrais e itinerantes (percorrem o Estado);

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: estabelecer maior articulação entre os fóruns; estabelecer o FUNDEB; repensar o papel das ONG'S; melhor inter-relação com o INEP; criar redes de alfabetização.

RIO GRANDE DO SUL

Representante: Carmem Gatto;

Entidades que compõem o Fórum: Governo estadual; Governo municipal; SESI; Universidade PUC; Escolas particulares: Objetivo de Pelotas, Universitário de Porto Alegre; Fóruns Regionais de Ijuí, Bento Gonçalves, Pelotas, Porto Alegre e Grande Porto Alegre, Litoral, Bagé, Santa Cruz do Sul, Santa Maria;

Tempo de existência: 8 anos – 1996. Em 1999, organização de fato;

Organização: Coordenação colegiada. Eleição da coordenação por dois anos;

Dinâmica de funcionamento: organizam dois encontros estaduais por ano. Reuniões sistemáticas durante o ano;

Fórum Regional: ?

Expectativa com relação ao MEC: consideram um avanço a interlocução do MEC com os fóruns.

RS – REGIONAL GRANDE PORTO ALEGRE

Representante: Adriana Soares Rodrigues;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência:

Organização: Coordenação colegiada. Realizam oficinas;

Dinâmica de funcionamento: duas reuniões anuais;

Fórum Regional: já são;

Expectativa com relação ao MEC: esperam que os fóruns sejam interlocutores permanentes.

MINAS GERAIS

Representante: Leôncio Soares;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 6 anos – 1998;

Organização: Comissão;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais – primeira quarta-feira do mês;

Fórum Regional: Oeste, Leste, Norte, Zona da Mata e Vale das Vertentes;

Expectativa com relação ao MEC: dar visibilidade à EJA; intercâmbio e articulação entre fóruns.

MG – REGIONAL OESTE MINEIRO

Representante: Maria de Fátima Souza Brandão;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 4 anos – 2000;

Organização:

Dinâmica de funcionamento: encontros bimestrais itinerantes. Após os encontros, reuniões para avaliar os fóruns;

Fórum Regional: já são;

Expectativa com relação ao MEC: esperam que o FUNDEB seja aprovado com um valor equivalente ao dos alunos do ensino fundamental; elaboração de material didático.

DISTRITO FEDERAL

Representante: Maria Luiza Pereira Angelim;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 19 anos – 1985;

Organização: Coordenação colegiada;

Dinâmica de funcionamento: reuniões semanais;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: facilitar a articulação e participação de políticas intersetoriais: Gsac, saúde (visual e dentária), juventude e TIC's ligadas a EJA.

GOIÁS

Representante: Marisa Claudino da Costa Barbosa;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 2 anos – 2002;

Organização: Coordenação colegiada;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais – primeira quinta-feira de cada mês. Encontro ampliado anual, com participação da UNDIME, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Secretarias Municipais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Católica de Goiás (UCG), SESI/SENAI, SESC, SINTEGO, SINDIGOIÂNIA, Secretaria Municipal do Trabalho do Estado de Goiás, Fundação Bradesco, Fundação Banco do Brasil, Conselho Municipal de Educação de Goiânia (CME), Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE), Fórum de Educação Popular, Movimento dos Sem Terra (MST), representante de alunos e professores de EJA, representante do MOVA, representante do Programa Vaga-Lume. [Acréscimo solicitado]

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: abertura para diálogo; apoio na questão do material didático (produção e possibilitar publicação).

MATO GROSSO

Representante: Alaídes Mendieta;

Entidades que compõem o Fórum: INCRA, UNIVAG, Rotary Clube de Cuiabá, SME, Conselho Municipal de Cuiabá, Universidade de Cuiabá, Unirondon, SESC, professores, pesquisadores, alunos;

Tempo de existência: 2 anos – 2002;

Organização: Coordenação colegiada: coordenadora, vice-coordenadora e secretária. Tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais – terceira quinta-feira do mês. Reuniões ampliadas, bimestrais;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: manter relação de interlocução permanente, sistemática com os fóruns de EJA, garantindo financiamento para participação; que a SECAD seja interlocutora junto às Secretarias de Educação estaduais e municipais, para que essas garantam a participação de seus técnicos/funcionários nos fóruns; que os fóruns participem da formulação de políticas públicas educacionais para EJA; que a SECAD garanta políticas de cooperação junto aos estados e municípios para a escolarização dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado; que os fóruns de EJA participem na discussão da “proposta” do INEP sobre o ANEJA.

MATO GROSSO DO SUL

Representante: Cleomar H. S. Pesente;

Entidades que compõem o Fórum:

Tempo de existência: 5 meses – 11 de junho de 2004;

Organização: Comissão colegiada. Tem estatuto;

Dinâmica de funcionamento: reuniões mensais;

Fórum Regional: não tem;

Expectativa com relação ao MEC: interlocução permanente com o MEC; que o MEC esteja sensível às questões de financiamento, formação de professores e políticas públicas.

4. Apresentação e discussão do instrumento de mapeamento das ações de alfabetização:

João Pedro Azevedo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, apresentou a proposta de Mapeamento Nacional de Iniciativas de Alfabetização de Jovens e Adultos que tem como finalidade: cadastrar os envolvidos no esforço de alfabetização; compreender a rede de produção de serviços nesse esforço e estimar os recursos públicos e privados despendidos nas ações desenvolvidas, de forma a contribuir para a definição / adequação de políticas, nos três níveis de governo que busquem assegurar oferta educacional com qualidade social para todos que a ela tem direito. O mapeamento será realizado em duas etapas: etapa I – mapeamento de instituições promotoras e etapa II – mapeamento por unidade executora. Apresentou o instrumento que será aplicado pelo agente de coleta estadual e ressaltou a importância dos fóruns em colaborar com o levantamento de entidades que desenvolvem ações de alfabetização.

5. Apresentação e discussão do instrumento de avaliação cognitiva do Programa Brasil Alfabetizado:

Rodolfo Marino, Coordenador-Geral de Estudos e Avaliação, apresentou a proposta e os instrumentos da avaliação cognitiva do Programa Brasil Alfabetizado – o questionário de perfil sócio-econômico elaborado por essa coordenação e os instrumentos de língua escrita / leitura e matemática elaborados pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sugestões e questionamentos levantados:

- Os instrumentos não devem ser usados como prova com caráter punitivo;
- Os instrumentos não devem servir como indutores de como ou o quê ensinar;
- Como garantir que o aplicador seja eficaz;
- Como avaliar o uso social da escrita;

6. Discussão sobre o VII ENEJA.

Maria Luiza Angelim, Coordenadora do Grupo de Trabalho Pró-alfabetização GTPA /DF – EJA, coordenou esta etapa da reunião, quando foram discutidas as seguintes questões relativas à organização do VII ENEJA, que ocorrerá em Brasília, no mês de setembro de 2005:

- Há o indicativo de 540 participantes;
- A próxima reunião MEC / Representantes de Fóruns de EJA está agendada para 24 e 25 de fevereiro de 2005;
- Encaminhamentos para a próxima reunião:
 - Definir se os segmentos professores e alfabetizando participarão do Encontro;
 - Trazer sugestão do tema do Encontro, apesar da sugestão do GTPA ser “EJA - diversidade”;
 - Criar critérios para indicação de delegados por fórum e quantidade de delegados por estado / fórum;
 - Trazer as datas dos Encontros estaduais;
- Envio de documento prévio, com produções de textos por Estado, referente aos Encontros estaduais / regionais dos fóruns para o GTPA até 10 de julho de 2005, o qual devolverá documento síntese até 30 de julho de 2005;
- Firmar o caráter do Encontro como formulador de políticas públicas;

PARTICIPANTES

Adriana Soares Rodrigues – RS-Regional

Alaídes Mendieta – MT

Carlos Fabian de Carvalho - ES

Carmen Gatto - RS
Cláudio Marques da Silva Neto - SP
Cleomar H.S.Pesente - MS
Darcy Ferreira da Souza – RO
Elisabete Duarte Borges Paixão – SC
Francijairo Ananias da Silva - DF
Jaqueline Ventura – RJ
Leôncio Soares - MG
Magdalânia Cauby França – BA
Marciane Machado Silva – TO
Maria Antonia de Arimateia Freitas – SE
Maria de Fátima Sousa Brandão – MG- Oeste Mineiro
Maria Fernanda dos Santos Alencar – PE
Maria Gorete Rodrigues de Amorim Lopes – AL
Maria José Barbosa – CE
Maria José Nascimento Moura Araújo – PB
Maria Luiza Pereira Angelim – DF
Marisa Claudino da Costa Barbosa – GO
Nelson -DF
Nilton Carlos da S.Teixeira – AM
Silvana Mussalim – SP- Nordeste Paulista
Wagner Roberto do Amaral – PR

EQUIPE DA SECAD

Timothy Denis Ireland
Maria Margarida Machado
Tancredo Maia Filho
Claudia Veloso Torres do Amaral
Andréa Oliveira de S. Silva
Rodolfo Villela Marino
Fernanda Teixeira Frade Almeida
Noriko Kanamura Nishizawa
Marly Braga de Oliveira

Relatório-síntese do VI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

Porto Alegre RS – 8 a 11 de setembro de 2004

O relatório-síntese do VI ENEJA "Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade" está assim estruturado: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, em seguida, as questões relacionadas aos desafios da EJA, políticas de alfabetização e continuidade, financiamento e diversidade; ao papel político dos Fóruns e dos segmentos que os compõem.

O ENEJA se realiza, pelo segundo ano consecutivo, em conjuntura nacional favorável à educação de jovens e adultos, do ponto de vista político. Desde 2003 a inflexão causada nas políticas públicas no sentido de assumir o direito de todos à educação, especialmente em relação a jovens e adultos, produziu efeitos significativos no cenário nacional da área. Observa-se, com certo regozijo, que muitas demandas dos Fóruns organizados vieram sendo incorporadas nas agendas políticas, o que, no entanto, não apazigou o temor, quando as mudanças ocorridas no início do ano no MEC ameaçaram o rumo das frágeis conquistas, pelo discurso ministerial insistentemente repetido, por invocação da mídia, sobre a reforma universitária. Aos poucos, no entanto, pôde-se delinear um novo quadro, com marcas favoráveis, referentes à assunção da continuidade à alfabetização, sem o que o *direito* não se faz, nem há chance de garantir a alteração da condição dos níveis de escolarização do país, pela inclusão do segmento jovem e adulto, a quem o Estado brasileiro deve o ensino fundamental como direito constitucional. No plano internacional, os acordos referentes à Década da Alfabetização, proposta em Assembleia Geral da ONU, e as novas repactuações da Conferência CONFINTEA + 6, em Bangcoc, Tailândia, põem a UNESCO em diálogo e convocação constante do governo brasileiro, seja para o

desenvolvimento de agendas específicas que cumprem determinadas metas, seja para a realização de programas e projetos. A parceria repercute em inúmeras ações, alinhando-se a UNESCO na luta dos Fóruns pelo direito à EJA.

O programa de alfabetização se amplifica, trazendo o sentido renovado da parceria e do respeito às iniciativas já existentes nas administrações públicas e na sociedade, e organiza-se a Comissão Nacional de Alfabetização, reconhecendo e legitimando assento ao movimento dos Fóruns, como interlocutores potentes para a discussão das políticas públicas. O desafio das conquistas em relação à concepção do que deve ser a EJA, no entanto, não agregou recursos públicos reveladores dessa mudança de curso, da forma esperada. A política econômica segue, ainda, sendo um forte limitador do avanço das áreas sociais, pelos compromissos firmados externamente com agências multilaterais, de pouca flexibilidade no tocante aos remédios amargos receitados aos países em desenvolvimento. No cenário político as disputas econômicas se acentuam, com a recente ameaça de cortes nas receitas, com a desvinculação dos recursos da União – DRU. Estados e municípios tomam posição, diante dos riscos iminentes, alertando para as perdas — e conseqüentemente novas lutas — por recursos para a educação. A luta social pela derrubada dos vetos ao NDEF, que excluiu a EJA do aporte

dos recursos, assim como dos vetos ao Plano Nacional de Educação, ambos feitos pelo governo anterior, não chegou a bom termo apesar das esperanças de que a questão se dirimisse em tempo curto. Continua sendo uma preocupação como alternativa de "via rápida", ao tempo em que o governo negocia um novo Fundo, o da Educação Básica. Também este um Fundo que, por princípio, deve contemplar a EJA, mas sobre o qual os participantes não têm clareza para afirmar que assim se consolide o direito. O momento é de expectativa, mas também de compreensão de que a disposição de fazer diferente tem sido expressiva na negociação de programas e recursos na área, alterando focos de investimento e modos de gestão, buscando enraizar a EJA nos sistemas públicos, para garantir a continuidade de estudos para todos os que desejam escolarizar-se.

Desafios e perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos

As discussões do VI ENEJA apontam que o grande desafio da área está em construir uma educação pautada na dimensão humana. A EJA deve configurar um campo próprio nas políticas públicas, com especificidades. O Estado vem pensando a temática, criando estruturas em níveis municipais e estaduais; cresce o número de professores e alunos. Assume gradativamente um campo nunca

efeito. Este assistido, na perspectiva de garantia da educação para todos, como direito público subjetivo.

Não o faz, no entanto, sem problemas, face ao número gigantesco do desafio a enfrentar.

A pobreza heterogênea e complexa de 55 milhões de pessoas, das quais 24 milhões em condição de pobreza absoluta tem rosto, raça, etnia, perfil, e atinge com violência crianças e jovens, principalmente.

Os indicadores educacionais revelam uma face dura dessa pobreza, que quando associada à raça, revela que a escolaridade média de negros até 25 anos é de 6,1 anos de estudo, enquanto entre jovens brancos é de 8,4 anos. Os dados do IBGE do Censo continuam assustando e pesando a cada esforço que se faz de superação: 16,2 milhões de analfabetos; 32,7 milhões de analfabetos funcionais; 53,6 milhões de pessoas que não completaram o ensino fundamental.

No âmbito da EJA, além dos que tradicionalmente conduziram o trabalho de educação de jovens e adultos — movimentos populares, ONGs, igrejas, Sistema S etc.—, outros atores entram em cena, como empresários, com uma perspectiva positivamente agressiva de buscar caminhos mais promissores para a EJA. Tal realidade é, sem dúvida, reflexo de uma sociedade cada dia mais sensível ao direito à educação de qualidade para jovens e adultos, não como assistencialismo, mas *direito*, na perspectiva da cidadania.

Construir a especificidade da EJA no sistema público, longe de um olhar que reproduza as negatividades do sistema escolar, desnaturalizando os tradicionais currículos, métodos, espaços e tempos, criando estratégias que dêem conta das seguintes perguntas, traduz o desafio: o que é ser jovem e adulto da EJA? Quem são os educandos? Que trajetórias humanas, sociais e culturais têm esses sujeitos? Que histórias marcam suas biografias? Que relações estabelecem com o mundo do trabalho e o quanto este conforma suas subjetividades?

Os participantes do VI ENEJA afirmam que a EJA, por suas características, expressão máxima de processos de exclusão da sociedade, deve combater modelos econômicos excludentes, produzindo identidades e configurações em que o ser humano, na sua integralidade, constitua o eixo central das práticas pedagógicas. Nesse processo, afrontam a globalização, estimuladora de

processos educacionais que inviabilizam o diálogo, o olhar para o diferente, para as questões de diversidade — gênero, raça, etnia, intergeracional, interculturalismo etc. — e para o desconhecimento da história da humanidade.

O desafio está em educar ética e cientificamente para a cidadania e manter viva a participação da sociedade civil, das organizações no debate com o governo e demais esferas da vida pública, para continuar organizando lutas sociais que expressem as necessidades sociais, políticas e culturais da população, como vem acontecendo desde 1999 nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos.

Políticas de Alfabetização e de Continuidade

A resposta pública organizada de programas em nível de alfabetização ainda não garante o *direito*, previsto constitucionalmente para todos, independente da idade. Para os participantes do VI ENEJA, a alfabetização é assumida como etapa inicial de um processo mais amplo, em que a garantia da escolarização em nível fundamental faz-se pela continuidade, para que se cumpra o direito de todos. Essa continuidade vem acompanhada da discussão sobre as políticas de financiamento da educação. Entende-se que qualquer continuidade está vinculada a recursos que precisam ser melhor distribuídos no âmbito das esferas governamentais e não-governamentais. Admite-se a necessidade de continuar a haver todo um esforço para o atendimento aos excluídos do direito, tanto por parte do poder público, quanto pelas iniciativas da sociedade, reiterando-se as dificuldades de realização de ações contando apenas com educadores voluntários, o que resulta, quase sempre, em descontinuidade por não se poder responsabilizar esses sujeitos por tarefas de tamanha complexidade. Avalia-se positivamente a inflexão das alocações dos recursos com prioridade para o setor público, pela possibilidade de essa estratégia apontar mais fortemente para a continuidade de estudos no nível fundamental. Enraizar nas redes públicas a alfabetização, pode significar um passo decisivo para a constituição de políticas efetivas de

atendimento e de cumprimento do direito, no tocante à escolarização de ensino fundamental.

Os modos, no entanto, como se pensa a alfabetização, exigem concepções que levem em conta a diversidade dos sujeitos educandos, suas práticas sociais e culturais e do mundo do trabalho, seu estar no mundo — refletidos nas propostas pedagógicas —, mas exigem também a mobilização da sociedade, para assegurar a qualidade do processo, seu acompanhamento, seus resultados. Relevante ainda na definição política de programas é a formação continuada de educadores, pelo indispensável papel que exercem no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conseqüentes com os fundamentos dos processos de aprender a ler e a escrever. As concepções dos educadores sobre o que é alfabetizar podem significar um diferencial positivo tanto nessas práticas, quanto no desenvolvimento dos programas. Para a continuidade dos processos de escolarização, reforça-se a importância do acompanhamento ao Programa *Brasil Alfabetizado* e a demais programas de alfabetização não vinculados às redes estaduais e municipais, ou nos casos em que as redes não se articulam com a diversidade de programas, planejando o ingresso dos alunos.

No âmbito de propostas não-escolares, deve-se observar a perspectiva da EJA como educação continuada, que envolve o aprender ao longo da vida, estimulando o desenvolvimento de projetos que incluam educacional, cultural, e socialmente os jovens e adultos como sujeitos da cidadania.

Políticas de Financiamento

Discutir educação sem financiamento é estar fora da vida real. No oitavo ano de ação do FUNDEF, verifica-se que, por um lado, serviu para colocar mais crianças na escola, passando de uma taxa de acesso — a chamada universalização — de 93% para 97%. Pôde, também, corrigir a remuneração de professores, que passaram a não ganhar menos de um salário mínimo. Tudo isso sem, no entanto, reduzir as desigualdades regionais, fazendo os seus deserdados — a EJA, a educação infantil, o ensino médio — e colocando o ensino fundamental em condição de

municipalização irreversível. Desde o segundo ano de existência o FUNDEF deixou de atualizar, como previsto na lei, o valor *per capita*/aluno. Não alterou, significativamente, a qualidade do ensino: permanência na escola e sucesso ainda passam ao largo dos efeitos do Fundo. O financiamento da educação continua atrelado às definições das agências internacionais que o reduzem para pagar a dívida externa. Por meio de leis, como a de responsabilidade fiscal, exerce-se o controle da expansão da educação, e para a educação de jovens e adultos, no que existe de recursos, trabalha-se com valores menores, justamente por entendê-la como modalidade também menor de educação. O papel do poder público para fazer frente e responder às demandas da cidadania é indiscutível. No entanto, em poucos municípios brasileiros a secretaria de educação assume o controle direto de seus recursos, sem que até hoje se regulamente o Art. 69 da LDB que preceitua para os dirigentes da área o papel de gestores dos recursos da educação. O controle social não se faz, seja sobre entes públicos, como sobre entes privados. Nenhuma análise de impacto foi feita sobre o que têm significado os investimentos em educação, mas as evidências revelam que apesar desses investimentos, muita gente ainda permanece à margem dos sistemas de ensino, sem escolaridade, sem saber ler e escrever. O risco que se corre, e para o qual se necessita estar alerta, com a política de recursos executada, é o da substituição, em vez de complementação, de que muitos parceiros se valem, deixando de expandir os sistemas e dar conta da alfabetização e continuidade, como oferta pública. Em suma, o financiamento da EJA ainda apresenta fortes contradições, entre a concepção de prioridade para a alfabetização e os aportes financeiros efetivos; entre o dever de investir o percentual definido nas constituições federal, estadual e nas leis orgânicas municipais e o efetivamente aplicado; entre o reconhecimento da sua importância e o conhecimento e o debate que o tematizam e aprofundam.

Políticas de Diversidade

Para os participantes do VI ENEJA, a aprendizagem deve estar voltada às

especificidades dos alunos, desenvolvendo metodologias próprias para as suas necessidades, atentando-se para sua formação social, ética e política, principalmente quanto ao resgate da cidadania. As políticas de diversidade alteram a ordem dos processos de exclusão, privilegiando o ser humano na sua integralidade, priorizando as diferentes gerações, com ênfase nas juventudes e suas singularidades, nas condições de ser trabalhador, nas questões de gênero, de raça, etnia, diversidade sexual e religiosa, e de respeito à diversidade cultural, entre outros.

• Das concepções pedagógicas
Os participantes do VI ENEJA consideram que uma das principais questões a serem enfrentadas na EJA diz respeito à concepção de *suplência*, alterada pela LDB, que define a EJA como modalidade da educação básica; e reconceitualizada pelo Parecer nº. 11/2000, do Conselho Nacional de Educação. A EJA ainda resiste, como *suplência*, em centenas de secretarias de educação espalhadas pelo país, revelando processos que não se distanciam dos tradicionais da escola e que, por isso mesmo, não respondem à realidade dos alunos. Para transformar currículos, tempos, espaços, métodos e tecnologias de informação e comunicação multimídia é necessário o envolvimento coletivo e a busca de articulação intersetorial das instituições que conformam a esfera pública. Considerando-se a especificidade dos alunos da EJA e as possibilidades sinalizadas na legislação, encontra-se um campo repleto de desafios, inaugurando inovações educacionais próprias do âmbito dessa modalidade educativa, conforme apontava Paulo Freire. Novos modos de fazer pedagógico devem compor o significado da EJA, levando em conta o contexto vivenciado pelos educadores, educandos e comunidade, autores e protagonistas da construção dos processos pedagógicos. Rever horários, grades curriculares que aprisionam e excluem os sujeitos, não incorporando sua diversidade é tarefa emergencial que não se faz por lei, mas pela prática, estimulada pelo diálogo, em processos de formação, em encontros e debates, em que se destaca o papel das novas tecnologias de multimídia interativas e de demais linguagens da informação e comunicação. O MEC, pelo seu

compromisso atual com a EJA de qualidade e em respeito aos sujeitos desse processo, tem papel preponderante no fomento dessas urgentes mudanças.

A formação dos educadores de EJA tem na universidade um pólo central de formação inicial e continuada. Mas também tem lugar a participação de alfabetizadores sem formação pedagógica de magistério nas propostas não-escolarizadas, e para esses deve-se garantir a conclusão da escolaridade. As políticas de leitura constituem, sobretudo, elementos fundamentais para a consolidação das aprendizagens do ler e do escrever. Valoriza-se o incentivo à leitura da produção literária nacional e local, assim como a ampliação do acesso à variedade de práticas e gêneros textuais.

Por fim, sugere-se que os processos pedagógicos tenham espaço para incorporar os sonhos e a corporeidade dos sujeitos nos processos de formação.

Papel político dos Fóruns de EJA

Os Fóruns de EJA, como movimento social, caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, atualmente, quase todo o território nacional. Em 2004, são 24 os Fóruns Estaduais presentes, 19 Fóruns regionais e uma comissão pró-Fórum e apresentam a seguinte configuração nos estados e Distrito Federal: Região Norte — Rondônia (RO) e Regional RO (Ji-Paraná), Roraima (RR), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pará (PA), Comissão pró-Fórum do Acre; Região Sul — Rio Grande do Sul (RS), Fóruns Regionais do RS (Serra, Litoral, Fronteira, Santa Cruz, Central, Pelotas, Noroeste, Porto Alegre, Grande Porto Alegre), Santa Catarina (SC), Paraná (PR); Região Sudeste — Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG) e Fóruns Regionais de MG (Vale das Vertentes, Norte, Nordeste, Leste, Oeste e Zona da Mata), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Fóruns Regionais SP (Nordeste e Oeste); Região Centro-Oeste — Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Distrito Federal (DF), Goiás (GO); Região Nordeste — Bahia (BA), Fórum Regional BA (Extremo Sul); Piauí (PI), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Ceará (CE).

Com motivações diferentes na origem e no percurso de cada movimento local, os Fóruns compartilham dificuldades comuns e têm instituído táticas de mobilização no enfrentamento dessas dificuldades, produzindo

novas formas de ação, traduzidas em proposições de políticas públicas, em nível local, na articulação com estados e municípios. Em nível nacional, em interlocução com a SECAD/MEC, algumas proposições têm sido reconhecidas e legitimadas. Ao tematizar a alfabetização, financiamento e continuidade no VI ENEJA, os Fóruns, como movimento social, chamam para si a assunção da tarefa política de pressão junto ao Governo Federal, no sentido de assegurar recursos necessários para efetivar as ações do Programa *Brasil Alfabetizado* e da EJA, do PRONERA e do MOVA-Brasil, na perspectiva da educação continuada ao longo da vida. Em nível local, a mobilização dos Fóruns se faz em torno do financiamento, da participação na formulação de orçamentos, na fiscalização e acompanhamento da aplicação de recursos da educação em estados e municípios. Na expectativa da aprovação do FUNDEB gerada pela sociedade civil o VI ENEJA assumiu posições diferenciadas: a primeira, a que entende que se deve defender a inclusão de todos os níveis de ensino no Fundo, mas alerta à idéia de que esse Fundo ainda não dá conta de resolver o problema do financiamento da EJA. Uma segunda posição recomenda que, concomitantemente ao processo de aprovação do FUNDEB, os Fóruns busquem aprofundar estudos sobre os fundos, oportunizando, em nível local e em nível regional, espaços de discussões mais elucidativas. Como terceira posição, assume-se que cada Fórum encaminhe de maneira efetiva a luta pela derrubada dos vetos ao PNE, defendendo o Plano da sociedade, construído democrática e amplamente pelo Congresso Nacional de Educação (CONED).

Os Fóruns têm oportunizado espaços para o exercício democrático, para a participação e o debate plural, tomando o diálogo como fundamento, fortalecendo a construção coletiva de percursos comuns, em instâncias locais.

Papel político dos segmentos organizados

Os segmentos organizados que integram os Fóruns de EJA nos estados vêm revelando, a cada ano, maior potencialidade e poder articulador. A consciência desses segmentos quanto a alguns aspectos indispensáveis para garantir a educação de jovens e adultos se

representa pelas seguintes convergências: reconhecimento de que Fóruns e ENEJAs são espaços cada vez mais significativos da diversidade de atuações e de contribuições múltiplas, e por isso mesmo favorecem o fortalecimento da EJA, como educação de qualidade; necessidade de articulação da EJA com políticas e atividades de geração de renda, vinculadas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e imediato fortalecimento de políticas de formação do educador, entendido como sujeito jovem e/ou adulto de processos de aprendizagem sobre práticas alfabetizadoras e de formação do leitor-escritor; exigência de fortalecimento da participação dos movimentos sociais em cada estado; aproximação intensiva das demandas da EJA, por parte das universidades, entendendo que a elas cabe prioritariamente o papel de formação, vinculado a projetos de alfabetização e sua continuidade na EJA; necessidade de ampliar pesquisas e estudos sobre a EJA e de desenvolver propostas curriculares na prática; superação da lógica da *suplência* ainda remanescente nas falas e práticas, assumindo a EJA como direito. Embora se requisite a ampliação de práticas de ensino de EJA nos cursos de formação de professores na universidade, reconhece-se que estas têm tido um papel preponderante na formação de alfabetizadores.

Compromisso com políticas públicas para a EJA: indicações e deliberações do VI ENEJA

Ao encerrar o VI ENEJA, os participantes entendem que este evento marca mais um importante avanço na constituição de políticas públicas de EJA. Se por um lado se avança no tocante à assunção de uma nova concepção do que deve ser a política pública do MEC, abandonando a perspectiva restrita de alfabetização, e ampliando-a para a de educação de jovens e adultos, por outro lado não se verifica, ainda, expressivo financiamento que faça jus à prioridade estabelecida pelo governo federal. Muitos são os desafios a enfrentar, especialmente quando se sabe que os recursos do país, de um modo geral, cedem mais às orientações externas de monitoramento e reserva, do que aos clamores populares no que diz respeito às demandas sociais, exigentes de

condições de vida, de trabalho, de educação, de saúde, de habitação etc. Embora exista uma base legal que autoriza a oferta de cursos (presenciais e a distância) e exames de EJA, há denúncias de cursos aligeirados, com e sem autorização, o que exige do poder público enérgica ação fiscalizadora.

Assumindo os avanços já referidos, mas também apontando as contradições presentes na condução política dos programas na área, o ENEJA não poderia deixar de assinalar a ação pouco incisiva do MEC para a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação, como ao FUNDEF, o primeiro e o segundo conformadores de uma lógica que se manteve cruelmente durante todo o governo anterior, quando o lugar da EJA foi mantido como o da subalternidade e do assistencialismo. A despeito de toda a disputa e complexidade que a derrubada dos vetos signifique, não é possível mais esperar. A dificuldade subjacente em romper com o modelo permanece, mesmo quando o discurso se atualiza e é proferido por outros sujeitos, comprometidos historicamente com a EJA. *Seguem-se moções da plenária e indicações para o VII ENEJA.*

Equipe de relatoria: Edna Castro de Oliveira (UFES), Eliane Ribeiro (UNIRIO), Jane Paiva (UERJ), José Barbosa da Silva (UFPB).

Realização

Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio Grande do Sul, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do RS / UNDIME-RS; Universidade de Cruz Alta / UNICRUZ; Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS / FASE-RS; EJA Universitário; Colégio Objetivo Pelotas; Diálogo Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; PUC/RS; SESI/PIERGS; Governo do Estado do Rio Grande do Sul / Secretaria de Educação; Prefeitura de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Educação.

Apoios

Centro de Integração Empresa-Escola / CIEE; Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Fóruns de EJA; Fundação Bradesco; Ministério do Trabalho e Emprego / MTE; Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil / RAAAB; Serviço Social do Comércio / SESC Nacional; Serviço Social da Indústria / SESI Nacional; UNESCO; Universidade Luterana do Brasil / ULBRA/RS.

Patrocínio

Ministério da Educação / SECAD; Fundação Abrinq; Natura

OFÍCIO Nº 001/2005 – FÓRUM/EJA.

Goiânia, 26 de Janeiro de 2005.

ÀS ENTIDADES QUE COMPÕEM O FÓRUM GOIANO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

A Coordenação do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos convida V. Sa. Para reunião a ser realizada conforme informações, que seguem:

- ❖ Data: 03 de fevereiro de 2005, quinta-feira
- ❖ Horário: 08h00
- ❖ Local: Faculdade de Educação – UFG sala 122, Setor Universitário.
- ❖ Pauta: análise do documento síntese do VI encontro do ENEJA e do MOVA.
- ❖ Preparação do próximo encontro do Fórum de EJA.

A acolhida para a reunião está sob a responsabilidade da professora **MARIA GORETE DE OLIVEIRA TAVARES**.

A Coordenação do Fórum ressalta que a presença das entidades é de fundamental importância, neste sentido, solicita confirmação por intermédio do telefone: (062) 291 – 8383 (ramal 230), até o dia 02 de fevereiro, impreterivelmente.

Respeitosamente,



**Coordenação de Articulação
Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos.**

O QUE É O FÓRUM

É um espaço de encontros permanentes e ações em parceria, que articula os diversos segmentos, instituições e movimentos sociais envolvidos com a educação de jovens e adultos, socializa iniciativas existentes com aprofundamento teórico-metodológico de temas em EJA e intervém na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para esta modalidade educacional.

BREVE HISTÓRICO

Em 1999 foi constituída uma Comissão para a criação do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos que, promovendo reuniões periódicas, contatos permanentes e mapeamento das instituições envolvidas com EJA, mobilizou a participação das Secretarias Municipais de Educação de Goiânia e Senador Canedo; da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás; das Universidades Católica, Estadual e Federal de Goiás; da Câmara Municipal de Goiânia; dos Conselhos Municipal e Estadual de Educação do Estado de Goiás; das Fundações Banco do Brasil e Bradesco; do Serviço Social da Indústria (SESI) e da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente-GO (ARCA).

Com este fortalecimento foi constituído o Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, em 29 de novembro de 2002, que dando continuidade a iniciativa daquela comissão, vem procurando agregar o poder

público, entidades de classe, organizações não governamentais, empresas e outras instituições, no sentido de fortalecer a EJA em nosso estado.

O Fórum vem se consolidando e cumprindo seus objetivos, através da participação propositiva nas discussões sobre o Plano Municipal e Estadual de Educação, atuação em encontros locais, regionais e nacionais e promoção do Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA, realizado anualmente com temáticas como políticas públicas, financiamento, formação de educadores, sujeitos do processo educativo, currículo, educação do campo, educação inclusiva e tecnologia.

OBJETIVOS

- Debater e aprofundar concepções de educação de jovens e adultos (EJA).
- Discutir, analisar e intervir na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para EJA.
- Articular as instituições envolvidas com a EJA.
- Organizar, apoiar e participar de encontros locais, regionais e nacionais na temática da EJA.
- Socializar as informações entre as iniciativas existentes de EJA, propiciando troca de experiências.

ESTRUTURA

O Fórum Goiano de EJA é um espaço plural constituído por segmentos da sociedade civil e política envolvidos com a EJA: Administração Pública Municipal, Estadual e Federal; Universidades; Undime; Conselhos; Sistema "S" (Sesi, Senai, Senac, Sesc, Senat); Sindicatos; Fundações; Movimentos Sociais; ONGs; Fórum de Educação Popular; Educadores e Educandos.

METODOLOGIA

- Manutenção de reuniões permanentes, com periodicidade mensal.
- Discussão de temáticas de EJA.
- Organização, realização e participação de encontros locais, regionais e nacionais de EJA.
- Organização e realização do Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos.
- Participação nas reuniões da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).
- Assessoria a instancias educativas de EJA.
- Troca de experiências e materiais de EJA.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (...) por isso, o diálogo é uma exigência existencial.

PAULO FREIRE

ENTIDADES PARCEIRAS

- Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME/Goiânia)
- Secretaria Municipal de Educação de Senador Canedo (SME/Senador Canedo)
- Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEE)
- Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Universidade Católica de Goiás (UCG)
- SESI
- SESC
- SINTEGO
- SINDIGOIÂNIA
- UNDIME
- Secretaria Municipal do Trabalho do Estado de Goiás
- Fundação Bradesco
- Fundação Banco do Brasil
- Conselho Municipal de Educação de Goiânia (CME)
- Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE)
- Fórum de Educação Popular
- Movimento dos Sem Terra (MST)
- Comissão de Educação da Assembléia Legislativa
- Comissão de Educação da Câmara Municipal de Goiânia

Informações:

SME de Goiânia (62) 5248923
5248956 (horário comercial)
e-mail: eaja_sme@ig.com.br

FE/UFG (62)2096201/2096212
e-mail: me.castro@terra.com.br

Undime (62) 5248908

CME/Uncme (62) 5241728

EDU/UCG (62)2271261
e-mail: etg@ucg.br

FÓRUM GOIANO

DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA -

